



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ARTHUR CAVALCANTI DA SILVA

**MOSAICO ORIGINÁRIO DA GEOGRAFIA CEARENSE: DA EXPEDIÇÃO DAS
BORBOLETAS AOS CADERNOS DE GEOGRAFIA**

FORTALEZA-CE

2024

ARTHUR CAVALCANTI DA SILVA

MOSAICO ORIGINÁRIO DA GEOGRAFIA CEARENSE: DA EXPEDIÇÃO DAS
BORBOLETAS AOS CADERNOS DE GEOGRAFIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcante

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S578m Silva, Arthur Cavalcanti da.
Mosaico originário da Geografia cearense: da expedição das borboletas aos cadernos de Geografia /
Arthur Cavalcanti da Silva. – 2024.
68 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Curso de Geografia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcante.

1. História da geografia. 2. Geografia cearense. 3. Mosaico geográfico. I. Título.

CDD 910

ARTHUR CAVALCANTI DA SILVA

MOSAICO ORIGINÁRIO DA GEOGRAFIA CEARENSE: DA EXPEDIÇÃO DAS
BORBOLETAS AOS CADERNOS DE GEOGRAFIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Aprovado em 04/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcante (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho aos pesquisadores futuros que, com curiosidade e dedicação, desbravarão os caminhos da História da Geografia no Ceará, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento sobre nossa rica herança geográfica.

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso representa não apenas o resultado de meses de pesquisa e análise, mas também o apoio e incentivo de inúmeras pessoas e instituições ao longo desta jornada acadêmica. Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram de para a realização deste estudo, seja através de orientações, insights valiosos, apoio emocional ou recursos materiais. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço à Deus, cuja orientação e misericórdia têm sido a luz que guia meu caminho. À mainha (Cândida), mulher negra, mãe-pai, símbolo de amor incondicional e força inabalável. Aos meus irmãos Thiago e Laura, pilares de apoio e fontes de inspiração. À Catarina, minha aliada semelhante, cujo amor e apoio constante enchem minha vida de alegria e significado.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao LEGES - Laboratório de Estudos Geoducionais e Espaços Simbólicos, por seu apoio fundamental durante o desenvolvimento do meu escrito. Através da orientação dedicada e dos recursos oferecidos, o LEGES proporcionou um ambiente propício para a pesquisa e aprofundamento dos temas abordados no meu trabalho. A colaboração e o incentivo recebidos por todos seus integrantes especialmente Leandro, Yago, Tales e Silvia foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal, e sou imensamente grato pela oportunidade de fazer parte dessa comunidade de aprendizado e descobertas.

Sou imensamente grato pela oportunidade de ter me graduado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Durante minha jornada acadêmica, tive a honra de aprender com profissionais exemplares como o Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira, o Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho, a Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa e o Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas. Suas aulas, orientações e conversas nos corredores não apenas ampliaram meus horizontes de conhecimento, mas também me ajudaram a aprimorar minhas habilidades.

Por fim, sou muito feliz por ter como orientador o Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcante, um mestre que mistura o rigor científico com a leveza poética, cativando todos ao seu redor para sermos sempre melhores no que nos dispomos a fazer.

A natureza ignora as nossas divisões formais
em ramos de ciência. (Tricart, 1978, p. 15)

RESUMO

O que entendemos por Geografia é resultado de um processo histórico e social de formação e produção do conhecimento espacial. Conhecimento este que atravessa a história da humanidade, mas que somente na modernidade é sistematizado para atender, especialmente, os interesses do Estado, entre os quais o de fazer de seus cidadãos conhecedores do seu solo, de sua nação. A história da formação de tal conhecimento é uma contribuição de diversos personagens e instituições que, em exercício de suas profissões e funções na sociedade na qual estavam inseridos, discutiam e produziam temas relacionados ao que consideramos, atualmente, como geográficos. Nesse sentido, pesquisar a trajetória da ciência geográfica ao longo do tempo é, também, se dedicar a analisar responsáveis pela construção e legitimação dessa fase embrionária. Portanto, no presente trabalho identificamos a geografia presente na literatura, em intelectuais, em instituições e sociedades científicas e escolares que desempenharam um papel importante no desenvolvimento da ciência durante o século XIX e XX, de modo que conseguimos traçar um mosaico geográfico do Ceará feito no Ceará, contribuindo assim para a construção de uma história do pensamento geográfico cearense.

Palavras-chave: História da geografia; Geografia cearense; Mosaico geográfico.

ABSTRACT

What we understand as Geography is the result of a historical and social process of formation and production of spatial knowledge. This knowledge spans throughout human history, but it's only in modernity that it's systematized to serve, especially, the interests of the State, including making its citizens knowledgeable about their land, their nation. The history of the formation of such knowledge is a contribution from various individuals and institutions who, in the exercise of their professions and roles in society, discussed and produced topics related to what we currently consider as geographical. In this sense, researching the trajectory of geographical science over time is also dedicating oneself to analyzing those responsible for the construction and legitimization of this embryonic phase. Therefore, in this present work, we seek to identify the geography present in literature, in intellectuals, in institutions and scientific and educational societies that played an important role in the development of science during the 19th and 20th centuries, so that we can trace a geographic mosaic of Ceará made in Ceará, thus contributing to the construction of a history of Cearense geographical thought.

Keywords: History of Geografphy; Geography of Ceará; Geographic mosaic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CONFORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CEARENSE	15
2.1	Expedição das Borboletas	16
2.2	Vias e Veias do Pensamento	19
2.3	Literatura no espaço	22
3	INSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CEARENSE	31
3.1	Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Instituto do Ceará.	32
3.2	Guilherme de Studart – O Barão da Reza.	37
3.3	Thomaz Pompeu de Souza Brasil – padre, político e geógrafo.	40
4	ENTRE MESTRES, COLÉGIOS E MÉTODOS: A GEOGRAFIA ESCOLAR CEARENSE	50
4.1	Liceu do Ceará, o berço do Compêndio de Geografia	50
4.2	Escola Normal Pedro II, centro formador para Educação Básica	55
4.3	O Colégio Imaculada Conceição e a aluna Rachel de Queiroz	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A Geografia em sua conformação atual é resultado de uma contribuição histórica de diversos indivíduos de diferentes áreas científicas que se interessaram pelos seus conceitos e conteúdos. A história do pensamento geográfico é o conhecimento que procura compreender o desenvolvimento das ideias, teorias e abordagens no campo da Geografia ao longo do tempo, envolvendo a análise das contribuições de pensadores, geógrafos e estudiosos que influenciaram a compreensão e a prática da disciplina geográfica. Não se limitando apenas às mudanças nas teorias geográficas, mas também abrangendo o contexto cultural, social, político e econômico em que essas ideias surgiram.

Por muito tempo, esse tipo de análise colocou em relevo produções estrangeiras, de modo que a Geografia aparecia como uma ciência de herança, sobretudo, colonial. Contudo, recentemente, numerosos trabalhos buscam o exame do desenvolvimento do pensamento geográfico nos lugares de sua origem, possibilitando assim uma redescoberta da geografia local, a qual, embora sob influência de teorias européias, revela-nos o modo de adequação de tais conceitos para a realidade requerida, contendo marcas identitárias das respectivas realidades.

Procurando contribuir nessa perspectiva, o presente trabalho propôs um mosaico da Geografia no Ceará na passagem do século XIX ao XX, onde selecionamos personagens, sociedades e instituições, científicas, escolares e mesmo literárias, com o intuito de investigar a relevância desses atores e o desenvolvimento da ciência geográfica, mas também do pensamento geográfico, nesse contexto, verificando o modo de se fazer, pensar e aprender Geografia no momento.

A escolha desse período é devido ao fato de que a virada do século XIX para o XX testemunhou transformações profundas tanto no cenário global quanto no local. A Revolução Industrial, a urbanização e a transformação nos meios de produção e nas cidades, as potências europeias competindo pela expansão colonial, alterando fronteiras e dinâmicas geopolíticas, a abolição da escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889, a construção das ferrovias, a Belle Époque, as novas teorias educacionais, a escolarização, e, por fim, mas não menos importante, o ambiente intelectual e científico no qual o Brasil e o Ceará estavam inseridos, são exemplos de mudanças que influenciaram, de certo modo, o desenvolvimento da ciência.

Para a realização dessa pesquisa, utilizamos como referencial teórico-metodológico a Abordagem Contextual de Vincent Berdoulay (2003, 2007), que nos auxiliou no tratamento das

informações obtidas dos materiais da pesquisa, trazendo-nos a preocupação para termos uma leitura interseccional entre os fatores externos e internos, ou seja, em não desconsiderarmos a força da ‘influência’ das teorias estrangeiras, como é o caso do positivismo e do determinismo ambiental, assim como não ficarmos desatentos aos contextos históricos vividos por atores ou grupos produtores do conhecimento geográfico, suas ideologias, como também alguns de seus círculos de afinidade.

Embora proponhamos um mosaico e sigamos certa cronologia dos fatos históricos na construção narrativa, desconsideramos qualquer ideia de progresso retilíneo do conhecimento científico, pois ao longo da pesquisa identificamos certas (des)continuidades do pensamento científico. Também não dotamos às teorias julgamentos morais e científicos, seja de inferioridade ou superioridade, nossa perspectiva não é de embate das correntes ou ideias, mas de percepção das transformações (Berdoulay, 2003).

Ademais, levamos em conta as trocas entre os variados conhecimentos e atores de outras áreas do saber, ou seja, numa interdependência entre as ciências e conhecimentos. Afinal, o que denominamos hoje por geográfico também foi tema de outros estudiosos e deixar seus escritos de lado pela simples adjetivação e ausência de reconhecimento na época como ‘geógrafos’ é abdicar da riqueza de conteúdo nesses documentos.

Sendo assim, procuramos através da abordagem contextual, a conexão e interposição dos materiais, de maneira que articule elementos históricos, sociopolíticos, econômicos, aos epistemológicos e conceituais, para, desse modo, atentar à Geografia que era feita na época, suas demandas ‘contextuais’ e, principalmente, por causa dessa última, suas peculiaridades, a fim de construirmos um breve mosaico da Geografia no Ceará a partir da investigação do pensamento geográfico cearense.

Visto isso, é importante nos atentar ao que se refere à última parte do parágrafo anterior: a Geografia no Ceará a partir do pensamento geográfico. Ao ler isso, o leitor pode se perguntar se a Geografia não é o pensamento geográfico em si, ou seja, não havendo distinção entre a Geografia e pensamento geográfico, pesquisar um é investigar o outro.

Para essa questão, nos baseamos, nas ideias de Moraes (2005) e Martins (2016), sobre pensamento geográfico, ideologias geográficas e a própria Geografia, embora outras leituras como de Machado (1995), Andrade (2017), Miranda (2016) e Santos (2020) também tenham contribuído para o entendimento e reflexão desses assuntos.

Antes de tudo é necessário evidenciarmos dois princípios da realidade: o espaço e o tempo. Ora, tudo que acontece, a totalidade das coisas que conhecemos, está dentro de uma

espacialidade seguindo uma temporalidade. A partir desse entendimento, do envolvimento existencial entre espaço e tempo em que o universo conhecido participa, atentamos para sua implicação no tocante ao movimento, da interação dos objetos presentes.

Das variadas relações entres os ditos objetos, os corpos e seres, nos interessa aqui o contato entre o humano e a natureza. Tal contato possibilitado pela realidade espacial é, segundo Martins (2016, p.64), o que condiciona a existência do *geográfico* como fundamento da realidade.

A geografia ou o geográfico, enquanto fundamento, é algo que se estabelece a partir da relação sociedade/natureza. Ou seja, tanto no sujeito como no objeto a relação entre sociedade e natureza se traduz numa ordem espaço-temporal dos elementos que resultam da relação. Quando a relação ocorre, uma determinação fundamental da existência ganha sentido em ato e potência. Surge a ordem tópica da e na existência humana.

Essa determinação, como demonstra o referido autor, pode ser evidenciada a partir da pergunta sobre o “onde”. Ora, essa simples indagação indica que se algo está lá e outro cá, as coisas em geral não estão dispostas aleatoriamente, mas obedecem a certa motivação para sua localização. Enquanto se distingue a posição das coisas, a localização, percebemos determinada distribuição, espaços com maior ou menor densidade devido a distância entre os elementos. Tais elementos a serem contabilizados em um espaço específico em suas distâncias nos sugere a necessidade da aplicação de uma escala.

A síntese de tais princípios, o de localização, distribuição, densidade, escala e distância, estabelecem o geográfico. Desse modo, essa relação entre o *onde* e o *quando* se demonstra tanto objetivamente, como vimos, mas também subjetivamente, pois antes mesmo de o indivíduo, realmente responder a “quem sou eu?”, ele deve saber “onde estou” (Martins, 2016).

Sendo assim, o geográfico se dá na apropriação da natureza pelo ser humano. Esse processo de apropriação converte a natureza em meio geográfico por meio da objetivação/subjetivação que “se realiza mediante os princípios geográficos enquanto dimensão do existir, tanto do sujeito quanto do objeto, consubstanciando um processo de totalização”, de modo que se identifica o geográfico “como expressão da existência da totalidade”, pois há mutualidade nas determinações geográficas, ou seja, uma troca entre a geografia do homem e a do meio (Martins, 2016, p.65).

Portanto, se o geográfico ou a geografia, com g minúsculo, é um fundamento da realidade, identificado por essas vivências escritas acima que manifestam determinações de sua geograficidade, somos levados a assumir que esse fundamento é anterior a qualquer

institucionalização ou escolarização do conhecimento geográfico, ou melhor da Geografia com g maiúsculo, a ciência geográfica.

Entendendo, então, o que seria o geográfico, é necessário nos atermos agora no que seria o pensamento geográfico. Para isso utilizamos o conceito filosófico que Moraes (2005) apresenta em seu livro *Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil*, em que o pensamento geográfico aparece como sendo discursos socialmente produzidos, distribuídos de modo variado nas diversas partes formantes da cultura, podendo ser expressos em diferentes meios como na literatura, no pensamento político, nas pesquisas científicas, dentre outros.

Esse conjunto de discursos, o pensamento geográfico, se caracteriza pela centralidade da questão do espaço, ou seja, são narrativas a respeito do espaço que manifestam as concepções que determinadas sociedades em algum momento tiveram/têm acerca de seu meio, do local ao planetário. Sendo assim, o conceito de pensamento geográfico:

[...] abrangeria os vários significados históricos do rótulo de Geografia, suas fontes, as concepções atuais, e também as concepções oriundas de outras disciplinas que numa ótica central ou marginal tocassem nos temas do conteúdo atualmente assumido (Moraes, 2005, p.31).

Nesse sentido, entende-se por pensamento geográfico um conceito que abriga as reflexões humanas sobre o espaço. Estas podem ser expressas em narrativas de geografias explícitas, no tocante a discursos que hoje facilmente identificaríamos como temas da ciência geográfica, mas também em geografias implícitas, os pensamentos, conhecimentos, concepções e valores de outras culturas acerca do espaço, que, em conjunto, constituem a Geografia daquela sociedade em suas particularidades.

Aliado ao pensamento geográfico é caro para nós a concepção de ideologias geográficas que, semelhantemente ao primeiro, são ideias que envolvem a sociedade e cultura com o espaço, porém se diferencia daquele ao ter suas especificidades na relação do saber geográfico com a prática política. Desse modo, as ideologias geográficas se apresentam como discursos que veiculam a sociedade e o espaço de forma que atribuem a esses dois uma relação de forte interdependência e, por causa disso, podemos indicá-las nos discursos territoriais, seja de planejamento ou de integração, nas ideias de espaços envolvendo determinadas identidades, entre outros (MORAES, 2005).

Nesse sentido, por mais que o que procuramos aqui é fazer a história do pensamento geográfico, um mosaico da geografia cearense a partir do pensamento geográfico, as ideologias geográficas são em parte alvo do nosso trabalho, pois elas em muito motivaram os diversos

acontecimentos que serão abordados, desde as comissões exploratórias à configuração da Geografia ensinada e aprendida.

Procurando esclarecer os limites do atual trabalho, vale entendermos a diferença entre o que estamos fazendo, a história do pensamento geográfico e da geografia, em relação a produções de Geografia Histórica. Para isso, basta evidenciarmos que, de maneira mais geral, os trabalhos de Geografia Histórica estão relacionados em “estudar o presente que existiu em algum momento do que hoje é passado” (Silva, 2012, p.3). Ou seja, considerando que as formas sociais, resultantes da ação humana sobre o espaço, são produtos históricos, a Geografia Histórica se preocupa com a expressão e explicação dessas formas nos diversos momentos passados, em períodos (Silva e Rodrigues, 2019; Nogueira, 2019).

A partir disso, compreendemos que o foco desse trabalho atual não está atrelado ao campo da Geografia Histórica, pelo menos não de forma mais direta ou explícita, ou seja, na análise geográfica de determinadas formas e funcionalidades de algum espaço em certo período de tempo, porém o nosso intuito é enriquecer o debate na área da História da Geografia, onde procuramos identificar o pensamento geográfico e algumas das ideologias geográficas nas ideias, discursos e práticas de indivíduos, sociedades, agremiações e instituições científicas e escolares, a fim de desvendar alguns dos caminhos da Geografia no Ceará até a chegada de sua institucionalização acadêmica, construindo assim, um mosaico da geografia cearense no transcurso dos séculos XIX para o XX.

2 A CONFORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CEARENSE

Os primeiros a tocar numa geografia são os cronistas coloniais, homens aventureiros que quase sempre estavam a serviço da colônia com interesses diversos, como a tentativa de “descobrir” uma melhor maneira de se aproveitar daquele espaço e também como contribuir para a integração dessas terras no território e a criação de uma identidade nacional (Andrade, 2017). Além desses indivíduos, outros sujeitos foram importantes na construção de mosaico geográfico nacional, destacando-se os engenheiros, políticos e mesmo os literatos, pois todos pensaram a dinâmica prática, portanto material, mas também simbólica do espaço geográfico, pensando-o enquanto recurso e representação.

Esse tipo de literatura foi desenvolvido ao longo das trilhas e caminhadas dos aventureiros e, atualmente, é uma fonte importante da situação da sociedade com a qual se estava entrando em contato. Tais descrições eram uma coleta da maior quantidade de material possível para estudos com as informações obtidas. Os expedicionários eram na maioria naturalistas, geólogos, botânicos e zoólogos, que por intermédio dessas expedições percorriam o território brasileiro. Embora não contribuíssem para a criação mais direta de uma geografia brasileira no âmbito escolar, ajudaram os futuros geógrafos nacionais na descrição dos terrenos, climas, formas de utilização do solo, demografia, etc., constituindo um primeiro mosaico da geografia brasileira.

Sendo assim, nessa etapa iremos investigar os escritos da Comissão Científica de Exploração, que foi uma organização criada dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com apoio do Imperador Dom Pedro II, em 1856, e que teve como primeiro lugar de pesquisa, em 1859, a província do Ceará (Santos, 2011). Ao longo da expedição, as anotações contidas no Diário de Viagem do Frei Alemão descreveram os diversos aspectos da sociedade cearense, como também da estrutura física e biológica de seu território, que nos apresentam não somente a caracterização do sertão cearense, mas também a geografia do Ceará feita no Ceará.

Aliado a isso, os planos de viação, com a finalidade de integração do território brasileiro entre 1860 e 1889, nos apresentam a geografia desenvolvida pela classe de políticos e engenheiros através da construção de estradas, ferrovias, vias fluviais e, até mesmo, redes de fiação telegráfica (Silva, 2011). Essas técnicas de circulação de pessoas, mercadorias e comunicação foram pensadas nas diversas províncias do Brasil, sendo adequadas e repensadas ao contexto de tais localidades. As investidas de modernização do Ceará nos oitocentos através,

por exemplo, da construção da Estrada de Ferro de Baturité (EFB) apresentam o olhar geográfico relacionado aos investimentos para o planejamento territorial e a formação de uma rede de ligação de diversos pontos na província cearense (Assis, 2011).

Ademais, no final do século XIX houve um aumento da produção de escritos literários no Ceará devido a criação de jornais e agremiações científicas que fomentavam essa atividade (Azevedo, 1976). Entre os diversos temas abordados nessa literatura, destacam-se as impressões de escritores em relação ao sertão, ao campo e à cidade, pois verificamos que esse envolvimento era fortemente influenciado pelas transformações políticas e urbanísticas na Terra da Luz. A literatura cearense dessa época, portanto, foi marcada pelo olhar literário sobre as mudanças no espaço geográfico, de modo que a leitura dos escritos possibilita-nos definir conexões com as contradições socioespaciais estabelecidas na sociedade cearense (Williams, 1989).

2.1 Expedição das Borboletas

Em 30 de maio de 1856, Manoel Ferreira Lagos, primeiro oficial de Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, diretor da seção de zoologia e anatomia comparada do Museu Nacional e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), direciona ao Imperador Pedro II uma atenção à necessidade de se fazer uma investida numa comissão de engenheiros e naturalistas para a exploração de algumas províncias mais longínquas e menos conhecidas (Teixeira, 2013).

Com a justificativa de que os antigos viajantes estrangeiros teriam falhado na descrição e que seria necessário o conhecimento das riquezas do país e a criação de uma imagem do Brasil através do saber científico nacional, logo a proposta foi aceita (Santos, 2011). Tal Expedição era dividida em diversas áreas: Etnografia e Narrativa de Viagem, a cargo do historiador Antonio Gonçalves Dias; Astronomia e Geografia, realizada pelo matemático Giacomo Raja Gabaglia; Zoologia, confiada ao grande naturalista Manuel Ferreira Lagos; Geologia e Mineralogia, com chefia destinada ao engenheiro Guilherme Schüch de Capanema; e por fim, Botânica, com o presidente da Comissão, Francisco Freire Alemão. Os trabalhos iniciaram no ano de 1859, tendo o Ceará como primeira província a ser explorada.

Francisco Freire Alemão (1797-1874) era um médico e naturalista brasileiro. Coursou medicina na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro até 1833. Logo que concluiu o referido curso fez aperfeiçoamento dos estudos em Paris e, ao retornar ao país, concorreu à

cadeira de botânica e zoologia da Faculdade Médica do Rio de Janeiro. Foi nomeado médico da Imperial Comarca em 1840 para o cuidado particular de Dom Pedro II. Além disso, fundou e mantinha cargos ativamente em diversas instituições brasileiras, tais como a Sociedade Velosiana e o IHGB.

Tinha 62 anos de idade quando a Comissão Científica iniciou seus trabalhos na província cearense. Percorria o território a cavalo traçando caminhos de difícil acesso em escassez de recursos e a presença de uma baixa densidade populacional, devido à distância entre as casas por razão das grandes fazendas e, quando havia algum conglomerado de moradores, era em situações miseráveis. Registrou mais de uma vez a inescrupulosa sensação de beber uma água tida como “suja”, “toldada” e “leitosa”, e até desentendimentos com vários sertanejos durante a viagem, por variadas razões, como motivos de linguagens, de roupagem e de costumes (Teixeira, 2017, 2019).

Nos escritos da Expedição, o naturalista compreende a província dividida em três regiões: litoral, serras e sertões. Sendo estas divididas pelas características diferentes em sua flora tendo por influência sua mineralogia, tipo de relevo, latitudes, alturas e os índices das precipitações pluviométricas (Santos, 2011).

Passeando pelas anotações de Freire Alemão, encontraremos reflexões e apontamentos sobre o clima, em que descreve características atmosféricas, relatando a sensação térmica e comparando-a com a do Rio de Janeiro, e correlacionando essas condições naturais com o determinismo geográfico.

É notável nesta província a marcha do calor; o sol é muito quente, abrasador, mas dentro de casa a sensação de calor não é tão desagradável como do Rio; bem que se sua muito (eu aqui suo mais que no Rio, principalmente aqui na cidade, é para mim um grande incômodo estar vestido, quer de dia, quer de noite, tenho sempre a roupa ensopada, mas chegando a casa de noite suado, despindo-me e deitando-me na rede refresco e as noites passam melhor que no Rio. Será isto devido à rede? E ao serem as casas de telha vã? (Alemão, 2011, p. 485, apud Texeira, p.4, 2019).

O povo em geral é bom, industrioso, mas indolente como são os povos dos países quentes, e das raças americana, africana, e dizemos também latina. As mulheres são mui políticas, e o clima ajuda a criação dos filhos; a gente sem ser formosa, é de boa aparência, principalmente no sertão, onde se vêem belas formas, e vivas cores; mas tudo se deteriorou logo pela [riscado – “sendo de viver”] falta de cultura e costumes semi-bárbaros (Alemão, fl.75, 1860 apud Santos, p.123, 2011).

A presença do pensamento determinista nas anotações de Freire se relaciona ao fato de sua formação acadêmica ter sido feita no período em que os ideais conformistas estavam em ebulição entre os cientistas da época, influenciando o pensamento pesquisadores e estudantes

de diferentes países que iam para as universidades da Europa. Desse modo, percebemos que a Comissão de Exploração não escapou de correlacionar e justificar as condições socioeconômicas da província do Ceará com a sua geografia física.

No decorrer de sua viagem pelo sertão, Freire Alemão, descreve determinadas características morfológicas e o caráter produtivo de alguns lugares, como no momento em que passa pelo rio Cauaçu, Alemão (1860, p.46) e diz: “(...) neste lugar é a terra arenosa e denegrida, e produz muito boa mandioca e a sua farinha foi afamada em outros tempos como o atesta uma quadrinha popular da cidade”. e ao chegar ao Rio Pacoti, descreve-o:

É uma larga vargem, mui plana de barro denegrado, agro-seco e rachado, pelo meio da qual se espreguiça fazendo geos [sic] e dividindo em dois ramos o rio Pacoti -destes ramos só um, que passa perto do morro do Aquiraz, é que tinha água (...).Este vale do rio, coberto de carnaúbas em toda a sua extensão, tem em frente do Aquiraz talvez meia légua de largo e é limitado pelo lado da vila por um cordão de oiteiros arenosos, além dos quais e em extensão talvez de mais de légua está o mar: o rio porém, fazendo voltas encostado a esses oiteiros, as vai romper longe daí, formando barra a três léguas ao nordeste de Aquiraz. E no tempo das chuvas fica todo coberto d'água, formando um vasto lagamar (Alemão, 1860, p.46-47).

Além de questões relacionadas ao clima e a pedologia, o naturalista também discorreu sobre a dinâmica populacional indígena localizada na região da Ibiapaba, onde são expostas diversas relações de conflitos que aconteciam nessa região devido às reivindicações sobre a terra. Essas lutas pela posse de terra, nas quais habitavam os indígenas, eram manifestação de resistência de seus conjuntos de práticas naquele determinado espaço, pois desses lugares dependiam seus elementos culturais e, sucessivamente, a sua identidade (Xavier, 2013).

Sendo assim, embora o objetivo principal dos escritos de Alemão não seja a formação de um conhecimento geográfico sistematizado sobre o Ceará, e sim um mapeamento das riquezas e potencialidades que essa província oferecia ao Brasil para exploração, obteve-se diversas contribuições aos variados tipos de conhecimento como a ciência botânica, geológica, histórica e geográfica (Cavalcante, 2012).

Tais contribuições serviram para a caracterização do sertão cearense mesmo que seja com o intuito de uma exploração dos recursos desse ambiente e serve-nos, hoje, como uma importante demonstração de uma geografia do Ceará feita no Ceará pela elite, revelando-nos a importância das práticas de viajar, ver e relatar em extensa descrição as características geográficas do território, tornando-se fonte necessária para a análise da geografia cearense oitocentista.

2.2 Vias e Veias do Pensamento

Sendo assim, podemos identificar uma geografia que não passa por geógrafos formados, mas por pessoas que, ao desenvolverem seus trabalhos, utilizam-na como um mecanismo de manutenção da realidade, reconhecendo assim, mesmo que de forma inconsciente, o papel importante dessa ciência. Estes que instrumentalizam a ciência geográfica no Brasil não ficam limitados aos cientistas e aventureiros da colônia, mas também políticos, engenheiros, comerciantes, fazendeiros, dentre outros que, ao pensarem o espaço como centro de atuações humanas, desenvolvem métodos e teorias com o intuito de melhor aproveitá-lo para seus feitos.

Os planos de viação com a finalidade de integração do território brasileiro entre 1860 e 1889 podem nos apresentar a geografia desenvolvida pela classe de políticos e engenheiros através da construção de estradas, ferrovias, vias fluviais e, até mesmo, redes de fiação telegráfica. Essas técnicas de circulação de pessoas, mercadorias e comunicação foram pensadas nas diversas províncias do Brasil, sendo adequadas e repensadas ao contexto dessas localidades (Souza Neto, 2004).

Ademais, passaremos pelas investidas de modernização do Ceará nos oitocentos a partir dessas construções para que tenhamos em mente esse olhar geográfico envolto nos investimentos para o planejamento territorial e a formação de uma rede de ligação de diversos pontos da província cearense.

Após a guerra do Paraguai em 1870, a Corte brasileira recorreu a diversas tentativas de uma integração do território nacional, pois naquele momento ficaram evidentes as dificuldades e deficiências de um território extenso. Desse modo, foram desenvolvidos planos de integração em escalas nacionais, regionais e provinciais. Procurava-se a solução dessas objeções territoriais, pois somente quando superadas poder-se-ia chegar à modernização e centralização do Estado nos moldes europeus. Se no Sul brasileiro esses projetos exigiam difíceis análises, no Norte o desenvolvimento dessas projeções era de alta complexidade (Alencar, 2019).

As secas brasileiras sempre foram um problema ligados ao semiárido brasileiro. Essa região sofrera moléstias frequentes fazendo com que houvesse um êxodo numeroso de indivíduos e até mesmo trazendo a morte aos pobres sertanejos. Em consequência disso, muitos se debruçaram procurando a solução dessa problemática. Interpretações sobre o fenômeno surgiram, como a do Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (o Senador Pompeu) que atribuía ciclicidade aos fenômenos climáticos, obedecendo a regras gerais que o regulavam, atribuindo a esses eventos meteorológicos a característica de fator mais importantes da região,

sobrepujando as enchentes e a violência também presente no território. Sendo esse argumento, posteriormente, rebatido por Giacomo Rajo Gabaglia que anunciava erros sobre essa teoria adjetivando-a de “lei forçada” (Souza Neto, 2018).

Outro problema que assolava o território cearense era a concentração de comércio no interior sem a ligação com Fortaleza, uma desconexão entre relações comerciais entre a capital e as outras cidades do Estado, dificultando a integração entre os municípios e o desenvolvimento simultâneo. Esse isolamento da capital cearense começa a ser superado devido à Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América (1861-1865) que impulsionou a economia algodoeira no estado.

No contexto geopolítico, os EUA era o maior produtor de algodão mundial, mas devido a problemas internos deixou de fornecer tal produto. Esse fato histórico favoreceu o Brasil e, principalmente, o Ceará que tinha potencial produtivo e de boa qualidade. A partir daí a base econômica cearense se altera da boiada (pecuária) para a produção de algodão, pois assim que foi instaurada a comercialização em altas quantidades, a província logo se destacou no cenário mundial. Essa cultura do algodão foi intensificada no interior e, para questões de logística, eram necessárias rotas melhores e mais rápidas para o transporte dessas mercadorias ao porto que ficava localizado em Fortaleza.

Nesse sentido, visando atender aos problemas da seca, da falta de integração no território cearense, ausência de objetos técnicos de transporte e a demanda internacional do algodão, reúnem-se diversos grupos de atuação para a solução das questões pertinentes à região, em que destacamos o debate envolto do planejamento da construção de ferrovias.

Em 09 de abril de 1856 foi produzido um relatório por Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, no qual tratava da extensão territorial das estradas de Crato ao Icó e a de Baturité ao Icó. Na declaração sobre ambas conseguimos identificar o olhar sobre o espaço como elemento a ser superado, pois havia diversas buscas de táticas de engenharia para “torná-la mais curta” a primeira e “de incurrir mais de um terço de distância” a segunda. (CORTEZ, 2016,).

O discurso sobre a criação de estradas em “linhas retas”, com o intuito do encurtamento do espaço percorrido nas viagens, foi uma espécie de prenúncio do que viria a ser linha férrea Fortaleza-Baturité. Havia no pensamento, desses que procuravam solucionar tais questões, diversas maneiras de manipular o espaço para redução do tempo. Encontrava-se, portanto, ideais de tornar ausente as curvas, impedimentos e entraves no terreno, para que a velocidade do transporte pudesse ser executada de modo a chegar no apogeu, de ritmo constante ou

crecente. Era preciso modificar e subjugar a natureza do espaço às projeções de velocidade impostas pelos homens da época (CORTEZ, 2016).

Contudo, as estradas em “linha reta” demonstravam problemas devido ao território em que passariam. O Senador Pompeu defendeu que as estradas retas passariam por serrotes, rios, lagos, e que sem grandes obras, no decorrer do tempo, se tornariam inviáveis. Encontramos aí, a natureza frustrando tais planos de modernização do território.

Mas não ficou por isso, logo se percebeu que o segredo não estava nas linhas retas, mas nas curvas. A retidão, por exemplo, entrava em choque com relevos acidentados e isso destinava a diminuição da velocidade das viagens, visto que essa linha reta dependia das condições morfológicas dos espaços, tendo por preferência as planícies. Segundo Cortez et al (2016), a ideia da ferrovia iria chegar atendendo aos traços de “reta” e “plana”, e assim suplantaria as adversidades e garantiria o domínio da natureza.

Em 1864 é proposto o projeto denominado “Fortaleza-Pacatuba-Baturité-Crato”. Essa ferrovia tinha por representante principal o cearense de reconhecimento nacional, Senador Pompeu. Ele e seus aliados, políticos, amigos e negociantes, tinham o desejo de concretizar uma via férrea que pudesse fazer a ligação entre o porto de Fortaleza, às Serras de Aratanha (vilas de Maranguape e Pacatuba), Baturité e Araripe, tendo em vistas a proximidade dessas localidades com as regiões de algodão, café, cana de açúcar, pecuária e, até mesmo, agricultura de subsistência por parte dos sertanejos. Contudo, somente em 1872 é iniciada as construções da Linha Férrea de Baturité (EFB), que por diversas vezes passou por momentos de crises financeiras, mas sempre se reerguia visando o alcance da missão de amenização dos problemas presentes no Ceará e a modernização do Estado (Assis E Sampaio, 2010).

Segundo Assis (2011, p.77), o planejamento e a construção da EFB expressavam na caneta e no papel aquilo que estava sendo o pensamento sobre o planejamento territorial do Ceará por parte de sua classe senhorial, ou seja, a ideia de uma ferrovia que facilitasse e valorizasse a “ampliação da acumulação”, “os aproveitamentos, as valorizações e a exploração” das regiões privadas e férteis e a “exploração do trabalho dos sertões e nas serras”, conseguindo assim, centralizar as atividades na capital provinciana.

Além do olhar geográfico sobre o território como meio manipulável em direção ao favorecimento das intenções humanas por meio das ferrovias, a construção da linha de telégrafo construída em Fortaleza em 26 de fevereiro de 1881, também reforçava o pensamento da busca de velocidade para vencer o espaço.

Exemplo dessa mentalidade sobre a rapidez é uma anedota da época. Embora possua caráter cômico e participava do cotidiano dos que viviam na época, conseguimos compreender o imaginário revolucionário presente nela.

A estrada de ferro e o telegrafo são cousas recentes no sertão do Ceará. Mas, logo que o cearense os viu, não tardou a tirar dele um conceito e formular uma comparação curiosa. É ainda com Deus a sua teoria. O trem, neste tempo, só chegava até ao Quixadá e o cearense conversava com seu vizinho, num carro barato de segunda classe, sentenciando:
 - Compadre, antigamente, o sujeito fazia uma cousa e quem pagava eram os filhos e os netos; mas hoje, o cabra acaba de fazer tá pagando.
 - E você não sabe por que é isto não, seu compadre?
 - Sei não!
 - Eu lhe digo. É porque antigamente Deus andava a pé. Mas, hoje, anda de trem. E quando não pode ir, passa um telegrama!
 (Carvalho, 1973, p. 103-104, apud Cortez, 2016).

Os planos de desenvolvimentos são manifestações do pensar o espaço como lugar de possíveis ações. Embora não consigamos retirar uma geografia sistematizada deles, podemos identificar elementos que corroboram um discurso geográfico, pois o olhar para o espaço, seus desafios e propor soluções para a superação de tal, é fazer geografia. Seja por estradas, ferrovias, vias fluviais, ou através de um telegrama, a geografia perpassa a mente dos sujeitos se mostrando ferramenta eficaz na manutenção da realidade no espaço.

2.3 Literatura no espaço

Da mesma forma que as expedições científicas e os planos de desenvolvimento são produtos humanos capazes da investigação de uma geografia presente, a Literatura, como arte que expressa o cruzamento dos símbolos, signos e significados que é o homem, pode nos apresentar a relação dessa simbiose com o espaço geográfico por ele produzido e valorado. Portanto:

(...)A literatura é o grande depositário das relações como discursos ou como vínculos estabelecidos entre o homem e a terra. A obra faz do objeto uma leitura existencial que se liga aos enunciados que exprimem qualidade, a variedade, a generalidade dos sentimentos, das representações, das imagens que se elaboram entre o homem e o mundo (Tissier, 1991, p. 237 apud Holanda e Almeida, 2008).

Segundo Lima (2000) e Holanda e Almeida (2008), podemos entender que a Literatura é a “expressão do real”, ou seja, transmite os aspectos, fatos e tempos da realidade e da experiência humana. Revela, pois, o sentimento e a perspectiva do autor para com o universo. Nessa perspectiva, a paisagem geográfica compreendida e apreendida pelo escritor não tem sua

gênese como uma matéria inanimada com forma estática, mas é o fruto do relacionamento do espaço com as percepções, experiências, imagens e memórias, sendo aquele vivificado por essas no momento em que se capta. Dessa forma, o escritor, ao situar os personagens e/ou indivíduos e/ou uma comunidade por meio de uma região, translitera os valores e costumes para o leitor, entregando a potencialidade investigativa da vida no espaço do autor e daqueles que estão presentes no escrito.

Destarte, faremos uma breve análise sobre os movimentos e grupos literários cearenses na segunda metade dos oitocentos até o início do século XX, como também passaremos por alguns autores importantes para exemplificação do caráter científico e geográfico da literatura que estava presente na época, principalmente, na construção da paisagem sublime do campo em detrimento do meio citadino. Mas para isso devemos nos situar historicamente, revelando e desvelando as teorias e as correntes dominantes da época.

Na segunda metade dos 1800, já se tinha espalhado pelos meios intelectuais a teoria positivista que foi formulada por Augusto Comte, após a Revolução Francesa. Essa teoria concordava com a ideia do devir histórico da sociedade humana, ou seja, segundo Comte a humanidade teria três etapas ou estados de espírito, a teológica, a metafísica e a positiva. Era crido em um progresso da humanidade que obedecia a leis naturais rumo ao último estado. O próprio Comte, segundo Alcantara (2008), acreditava que o advento da sociedade urbana e industrial teria uma associação ao desenvolvimento de uma organização científica, a qual havia uma espécie de meritocracia, pois os indivíduos se destacariam de acordo com suas capacidades.

Pouco tempo depois, emergem as teorias da evolução biológica defendida, principalmente, por Charles Darwin e Herbert Spencer com a produção da obra “*A origem das espécies*”, por Darwin, em 1859. Ademais, em vários círculos intelectuais existentes o caráter mítico religioso dos argumentos sobre os fatos era abandonado e se procurava o máximo de rejeição a qualquer tipo de metafísica existente na produção do conhecimento científico.

Esses movimentos teóricos vão percorrer os escritos e trabalhos produzidos na época, se tornando as principais influências dos estudantes das ciências naquele tempo, chegando ao Brasil através dos estudiosos que se formavam no exterior e vinham para o país, como o Freire Alemão que carregava influência do determinismo, e de outros que estavam por aqui, mas tinham inspiração pelos modelos teóricos e epistemológicos europeus.

Aliado ao crescimento desses ideais, o período da *Belle Époque* foi um movimento que teve seu início no final da Guerra Franco-Prussiana (1871) perdurando até o início da Primeira

Guerra Mundial (1914). Nesse tempo, as produções intelectuais, literárias e artísticas no continente europeu estiveram no seu apogeu e também havia uma euforia tecno científica para o desenvolvimento, o progresso, os projetos de modernização e a ocupação do espaço urbano.

A Terra da Luz não escapou dessas influências e de intelectuais e políticos que estivessem de acordo com as teorias supracitadas e que buscaram implantar uma *Belle Époque* à Fortaleza. A inserção do planejamento de embelezamento e progresso da cidade por meio de equipamentos urbanos como os alinhamentos das ruas, a criação dos prédios, hotéis de luxo, linhas de bondes e a transição para a iluminação a gás, na segunda metade do século 19, demonstram essa noção posta de modernização da cidade de Fortaleza.

Nesse contexto, como afirma Guerra (2007, p.24), as obras construídas tinham como finalidades o despertar da sociedade fortalezense para a crença na moral trazida por esse momento de progresso civilizador através dos equipamentos urbanos e a “utilização socioeconômica que visasse estimular o trabalho, a produção e as classes sociais”. Um exemplo dessas empreitadas foi a ornamentação das praças com vasos importados, chafarizes e canteiros de flores, que tinha função de estímulo ao exercício do convívio social por meio do espaço público, com o pressuposto de que a população deveria “mudar seus hábitos” e começar a “cultuar as boas maneiras”.

O incentivo à atividade urbana nos diversos espaços fez com que houvesse uma valorização dos espaços de sociabilidade. A Praça do Ferreira, por exemplo, abrigava no final do século 19 quatro quiosques atraentes denominados de "Café Elegante", "Café Iracema", "Café do Comércio" e o "Café Java", este último, em 1892, foi o lugar em que Antonio Sales e seus parceiros deram gênese a um grupo literário denominada por Padaria Espiritual o qual, segundo Ponte (2004, p.171 apud Guerra, 2007, p.22), seria uma agremiação literária “absolutamente avessa às existentes”.

Além disso, devemos lembrar-nos das influências da produção de algodão na economia, da criação da EFB e do fato de que o Ceará foi a primeira província a promulgar a abolição da escravatura, que aconteceu quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea em 1888, estimulando o clima intelectual e político da sociedade fortalezense da época, o que favoreceu o crescimento de entidades e movimentos que se propunham a lançar propostas de civilização e modernização da sociedade cearense.

As bases do realismo-naturalismo foram enxertadas na literatura cearense por meio de um grupo que reunia jovens intelectuais, denominado por Academia Francesa, com finalidade de divulgar o pensamento positivista e evolucionista entre a sociedade de letrados fortalezense,

que em 1873 se juntaram para a fundação do periódico *Fraternidade*. Essa revista maçom atuava na disseminação do pensamento anticlerical, da laicidade do Estado, das ideias abolicionistas e republicanas, que atendia a burguesia média de comerciantes e profissionais liberais preocupados com sua participação na formação política do Estado. Inclusive, um dos membros fundadores dessa agremiação foi o Tomás Pompeu de Souza Brasil, filho de um personagem já mencionado, o Senador Pompeu.

Segundo Alencar (2002), eles combatiam o centralismo monárquico das classes senhoriais tradicionais do Ceará. Tais classes tinham seus interesses envoltos nas grandes lavouras e no campo, e isso significava, para os membros da Academia Francesa, uma decadência do progresso do Estado, pois somente através do capitalismo internacionalizado e uma sociedade urbana e industrial poderiam oferecer tal devir histórico profetizado por Comte.

Essa agremiação, conforme Azevedo (1982), não ficou limitada à crítica política e organizacional da sociedade da época, mas também foi a primeira reação ao Romantismo cearense. Essa resistência contra o gênero literário se justificava, principalmente, pela característica idealista e conservadora desse, que seria a base ideológica e estética do governo monárquico. Segundo Alencar (2002) nos apresenta, a acusação que a corrente realista-naturalista fazia ao Romantismo era de que esse tinha apresentado uma interpretação de maneira superficial da realidade brasileira.

Por isso, os literários naturalistas se incumbiram da criação de uma identidade mais profunda dos locais tratados pela literatura, levando em conta as especificidades das regiões do país e seus elementos culturais. A primeira fase do “regionalismo” entregava ao leitor as cores e formas reais e, como consequência disso, a maior facilidade para a identificação das localidades de que se está falando/escrevendo, contribuindo assim, para formação das paisagens regionais que, diferentemente no Romantismo, não serviriam como pano de fundo, mas como elemento determinante na construção da narrativa. Ademais, esse anseio descritivo das paisagens e os tipos regionais tinha intenção associativa com a teoria determinista social, racial e geográfica (Alencar, 2002).

O papel de arauto do Estado do Ceará na abolição, sendo um dos símbolos mais importantes de evolução e progresso, e a seca de 1877 que ocasionou o êxodo rural dos retirantes, a crise na agropecuária, altas taxas de fome e morte pelo contágio de doenças epidêmicas, entregava para a Academia Francesa possibilidades de análise evolucionista-determinista da vida dos cearenses. A caatinga, a questão climática, as insalubridades da terra e das condições atmosféricas propícias ao desconforto do ser humano faziam com que os

sertanejos tivessem que lutar contra essas adversidades e, conseqüentemente, tivessem uma maior pujança ao desenvolvimento.

O jornal *Fraternidade*, da Academia Francesa, foi o primeiro precursor dessas ideias através dos seus periódicos, mas a revista *A Quinzena* se destaca devido sua forma tão incisiva. Este boletim foi criado pelo Clube Literário em janeiro de 1887 e circulou até junho de 1888, completando um ciclo de 30 números. O Clube foi fundado no ano de 1886 por João Lopes, um dos membros da Academia Francesa, e tinha participantes importantíssimos nas ciências e literatura cearense como Antônio Sales, Rodolfo Teófilo e Farias Brito. As atividades dessa agremiação foram para além de jornalística, pois realizavam reuniões noturnas de discussões sobre literatura tanto nacional como estrangeira. Embora consigamos encontrar alguns elogios ao Romantismo n'A *Quinzena*, pouco a pouco seus membros foram aderindo ao Realismo. (Azevedo, 1976)

Com respeito a ideia determinista, *A Quinzena* descrevia os dois fatos históricos supracitados, a abolição e a seca, como evidências das potencialidades naturais do cearense ao progresso. A última revelava os constantes embates entre o povo cearense e os fenômenos climáticos, já a primeira, era a manifestação da virilidade adquirida por esses desencontros. Desse jeito, correntes foram distribuídas nos jornais e na literatura, sendo a seca, como afirma Alencar (2002), ponto indispensável para os escritores.

Percebemos, então, a forma em que o pensamento geográfico determinista estava entranhado nos escritos dos literatos e intelectuais. A mentalidade de que esse pioneirismo na abolição seria resultado das condições geográficas. Ou seja, na lei da natureza em que sobrevive o mais forte, o sertanejo é a materialização do espírito viril, que estava no caminhar para o estado positivo, apesar de sua rudeza.

Contudo, o espírito intelectual em si, aqueles que estavam “positivos”, só se encontrava no meio letrado cearense de modo que os intelectuais se enxergavam como os iluminados perante um mar de ignorantes. Esta ideia carregava um sentido missionário da intelectualidade para com os iletrados, o que motivou, por exemplo, a criação da “Escola Popular”, que desde a *Fraternidade* oferecia diversas conferências abertas ao público com o intuito de divulgação das ideias científicas.

Nesse contexto, qualquer saber fora dos moldes do racionalismo exacerbado seria considerado desprezível e com serventia mínima. Devemos lembrar que a sociedade fortalezense estava crescendo de modo acelerado, isso se dava pelos motivos já citados e, a

partir disso, nessa efervescência urbana, criou-se o sentimento de uma troca de elite. Antes uma elite de característica agrária e rural, e agora uma elite urbana de capital intelectual.

Esse sentimento de superioridade e rejeição do que não era “científico” por parte dos literatos fez com que fosse dever dos “escritores serem mais do que meros fantasistas e dotar as suas obras um caráter analítico e científico que pudessem contribuir para a civilização e o progresso do país” (Alencar 2002, p.36). Ou seja, buscava-se no naturalismo, uma inspiração somente no real e científico, na natureza. O escritor deveria procurar no espaço geográfico sua fonte primária para o desenvolvimento da narrativa, pois somente assim poderia retratar a cor do lugar.

Para esses primeiros naturalistas o progresso era revelado na urbanidade, ou seja, na cidade. Como foi dito no início a partir da interpretação positivista, o urbano é a demonstração da capacidade organizacional do ser humano, pois é nesse espaço que se manifestam as trajetórias da “evolução”, afinal, o processo de urbanização era uma das principais características da maioria dos países da Europa.

Surge então, na literatura naturalista, a procura da identidade do cearense. Na lógica dos letrados, um povo considerado como propício ao desenvolvimento, essa imagem estaria associada à cidade. Mas não. Vê-se, portanto, que a identidade do sertanejo e populares estavam no semiárido, e não no urbano. Trazendo assim, uma contradição teórica dos pensamentos acadêmicos vigentes.

Com o surgimento da Padaria Espiritual, em 1892, no “Café Java”, por Antônio Sales e sua turma de intelectuais, formou-se um novo periódico, *O Pão*. Chamava-se “padaria” com o intuito de alimentar a sociedade através do pão do espírito. Seus membros, segundo Azevedo (1976), eram os “padeiros”, já o presidente chamava-se de “Padeiro-Mor”, o secretário de “Primeiro-Forneiro”, e seus demais sócios de “amassadores”. Além disso, “Forno” era o nome intitulado para o local das sessões que se denominavam de “fornadas”. Essa agremiação tinha por principal caráter a ironia e o sarcasmo que marcaram profundamente a história e memória desse grupo. Um exemplo disso é o artigo 16 do Estatuto da Instituição:

Aquele que durante uma semana não disser uma pilhéria de espírito, pelo menos, fica obrigado a pagar no sábado café para todos os colegas. Quem disser uma pilhéria superiormente fina, pode ser dispensado da multa da semana seguinte. (Azevedo, 1976, p.153).

Percebe-se, então, o caráter hilário desse novo grupo literário. Mas isso não retirava nem amenizava a função crítica do periódico. Muito pelo contrário, o humor, através das publicações, tornou-se arma eficiente contra a governança enfrentada na época.

Seus membros, em sua maioria absoluta, tinham origem social na classe média da sociedade, ao contrário dos letrados anteriores. Isso pode nos apresentar o porquê de suas propostas serem mais radicais. Uma das principais intenções do jornal era a investigação do contraste dos modos de vida no campo e na cidade, sendo considerados por duas coisas totalmente distintas e até que se contrapunham.

Os padeiros carregavam consigo a missão de popularização do conhecimento e da literatura por meio do jornal. Seus ideais estavam intrinsecamente ligados à civilização da sociedade cearense e, desse modo, elaboravam críticas aos hábitos e costumes tanto da elite como das camadas mais pobres. Na primeira fase da Padaria Espiritual, para esses novos intelectuais, as reformas na cidade podem ser novas formas de criar dentro da sociedade uma maneira “civilizada” de diversão. Embora enxergassem as contradições existentes dentro dos meios-cidadinos, compreendiam que o ambiente urbano estava acima da vida no campo que era de caráter conservador, de retrocesso, enquanto a cidade seria aliada ao progresso e a ascensão da sociedade (Alencar, 2002).

Contudo, esse clima harmonioso com a urbanização não perdurou muito tempo no Ceará. Em 1892 as “velhas elites” se articularam e conseguiram eleger Nogueira Accioly como o presidente da província, em 1896. Com isso, a desilusão tomou lugar do otimismo urbano no meio letrado de tal modo que a construção da Estrada de Ferro de Baturité, orgulho reconhecido pela maioria dos intelectuais, apresentava razão a esse pessimismo, pois os literatos estavam lembrando-se dos efeitos negativos desse empreendimento como, por exemplo, as mortes dos trabalhadores na construção e os costumes dos sertanejos que se esvaíam com o surgimento da via férrea.

Eduardo Saboya, em um artigo para *O Pão*, denominado de “O Trem de Ferro”, narra o sentimento de uma garotinha de oito anos que tinha perdido seu pai no decorrer da construção da Estrada de Ferro de Baturité; ele denota o sentimento de “ódio de coração infantil que se traduzia nas duas lágrimas”, um “ódio mortal” que a criança tinha pelo “trem de ferro, que passava defronte da humilde palhoça de sua mãe”. Essa desilusão política dos centros urbanos por parte da Padaria Espiritual fez com que esse olhar benéfico para a cidade mudasse, trazendo em mente uma imagem do campo mais graciosa que outrora. (Saboya, 1895, s.p.)

O que antes serviria para justificação do estado não evoluído das pessoas e, quando mencionado, somente fazia alusão da propensão ao progresso do sertanejo, o campo, de forma repentina começa a ser escrito e lido como uma localidade natural, essencial, santa, genuína que não foi alcançado pela balbúrdia que é a cidade. Em razão disso, podemos notar como o domínio político da classe senhorial cearense influenciou o modo como os literários escreveram sobre o espaço geográfico, mudando suas impressões e vinculações ao urbano e ao campo, como representação da modernidade, que agora seria a manifestação da desorganização e o outro como estado de involuído, passando a ser tratado como uma apresentação da fase ingênua, pura, elevada do ser humano (Williams, 1973).

É a partir das transformações políticas no Ceará que os letrados olham para esse espaço camponês e idealizam um estado sublime, afinal, somente através dele poder-se-ia fugir para longe da corrupção cidadina. Interessante notar que o campo por mais que esteja marcado por injustiças, como a escravidão, a desigualdade entre a produção e a distribuição de terras para o plantio, favorecimento de certas famílias em detrimento de outras, principalmente no Ceará que tem por características o coronelismo praticado pelo proprietário rural dos meios de produção, esses temas estavam ausentes na literatura produzida n’*O Pão*. Embora a literatura alencarina já trouxesse a visão desse campo como algo bom e belo, somente nas produções literárias da *Fraternidade* vemos a figura do burguês num processo descendente em rumo à fase da inocência.

Essa idealização do campo pode ser exemplificada através do artigo “No Campo”, escrito pelo padeiro Cabral de Alencar, em que relata a chegada do Sol no meio rural. Logo no início, é feita a construção paisagística do sublime frio que percorre por nossa pele, idealização de “paisagens suíças” por meio das “brancuras” que as “planícies se desenrolavam”. Naquele momento, “a Natureza tinha uma aparência cândida, fria e honesta para os filhos dos trópicos”. No instante em que o Sol aparece o autor está com a personagem Emília que “aquecia-se no meu sobretudo, e eu no manto escuro de seus cabelos”, no discurso o autor se direciona para o Sol em reclamação da interrupção desse momento. Essa inocência, pureza, agradabilidade e honestidade são características repetitivas quando as narrativas se remeterem ao campo. (Alencar, 1895, s.p.)

Desse modo, cumpre-se o efeito da cristalização e generalização de atitudes emocionais em relação ao espaço dentro da sociedade cearense:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida — de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações — de saber,

comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (Williams, 1973, p.11)

Conforme Williams (1973), podemos compreender as possíveis impressões humanas para com o meio de diferentes modos no percorrer da história. Essas diferentes maneiras de olhar são regidas pelos “sentimentos poderosos” vigentes em determinada sociedade e esse sentimento se deu, no Ceará, pela situação política insatisfatória.

Sendo assim, através dos escritos naturalistas sobre o sertão, o campo, e a cidade, podemos identificar o envolvimento das agremiações e jornais literários com os espaços citados. O deixar a natureza revelar o espaço e fazer do escritor o caminho do processo em que essa verossimilhança irá ser descrita no papel, foi característica essencial do naturalismo.

Contudo, esse olhar distanciado, neutro, não foi possível em meio às mudanças que estavam acontecendo naquele território. Seja nas instalações dos equipamentos urbanos, a busca pelo progresso nos moldes de modernização europeia, a visão determinista sobre aqueles que estão localizados no sertão, e até mesmo na rejeição de tais transformações de urbanização por motivos políticos, essas relações geográficas são manifestadas através da literatura presente.

Portanto, sem dúvida, a literatura expressa os problemas do espaço e por meio do olhar geográfico somos capacitados a compreender as nuances e vestígios de uma aproximação entre a arte que territorializa no papel os pensamentos e os sentimentos do ser humano, que é a literatura, e a ciência que verifica no espaço a simbiose humana, que é a Geografia. Desse modo, devemos reconhecer a geografia presente nos escritos literários por meio dessas possíveis e necessárias aproximações entre a geografia e a literatura, pois as duas, em particular, como afirma Cavalcante (2019a, p. 22), “(...) devem ser compreendidas como maneiras do homem, (d)escrever o mundo, tornando-o inteligível, mesmo que para isso tal mundo precise ser (re)construído, (re)elaborado, (re)criado.”.

3 INSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CEARENSE

A institucionalização acadêmica da Geografia e de outras ciências no Brasil aconteceu na primeira metade do século XX. Esse dado está ligado intrinsecamente a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1930, da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas o fato de a institucionalização vir a acontecer nesse momento histórico não quer dizer que antes a produção e o conhecimento geográfico não poderiam ou nem estavam presentes nos institutos oficiais e nas intelectualidades antecedentes. Muito pelo contrário, o processo de institucionalização indica o momento em que o Estado reconhece importância e o crescimento de tal saber nas instituições, associações e agremiações científicas e, desse modo, projeta ferramentas para o desenvolvimento da produção da ciência geográfica dando-lhe maior aporte e suporte.

O clima de adesão a uma nova fase de independência e rompimento com a colônia nos oitocentos serviu de motor precursor para o desenvolvimento de uma geografia do país e das províncias. A Comissão Científica Exploratória liderada por Frei Alemão, já descrita, revelou para nós a necessidade latente do conhecimento das potencialidades econômicas, das delimitações territoriais tendo em vista uma integração maior e a criação de uma identidade nacional.

Conforme Demétrio Magnoli, no livro “O Corpo da Pátria”, foi nesse momento da história em que se iniciaram a busca intensa pelo passado comum histórico, narrativas de um passado territorial, que serviriam de ferramenta indispensável para legitimação do uso do território e o sentimento de unidade nacional, ou seja, a criação do mito fundador como estratégia para o domínio espacial. Nesse contexto, a Geografia, “dedicou-se à idealização do território nacional, ancorando-o na natureza, cartografando suas fronteiras, descrevendo as suas paisagens, caracterizando suas ‘regiões’ e identificando os ‘gêneros de vida’ típicos de cada uma” (Magnoli, 2008, p.8).

O movimento de criação de sociedades e institutos para o desenvolvimento da ciência geográfica não é restrito e exclusivo do Brasil, mas foi um caminho percorrido por outros países que identificaram essa necessidade, sendo a maioria deles países do continente Europeu.

Budapeste, Estocolmo, Copenhagen, Lisboa e Madri e também em outros países como Rússia e Itália. As demais se encontravam fora do espaço europeu, em países como Estados Unidos, Japão, Índia, Austrália, Argélia, e, na América Latina, que contava com 12 sociedades. Destas, mais de 1/3 se encontrava no Brasil (Mary, p.27, 2010 apud Mendes, p.71, 2012).

Destarte, é com base nesse sentimento nacionalista que a geografia vai ser construída no Brasil por meio de personagens os quais, em sua maioria, tinham cargos políticos e maior poder econômico em relação à massa da população. Tais intelectuais eram, majoritariamente, ligados aos institutos ou associações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, criadas no século XIX com o intuito de desenvolver a pesquisa científica em diversas áreas, dentre elas, a Geografia. No Ceará, podemos encontrar na segunda metade do século XIX a criação de grupos que se interessavam e desenvolviam trabalhos geográficos como o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, que foi exemplo de aparelho do Estado que funcionava como berço dessa geografia embrionária.

3.1 Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Instituto do Ceará.

No dia 15 de novembro de 1877, o Presidente da Província Caetano Esteleta Cavalcante Pessoa, de acordo com Azevedo (1993, p.28), aprovou os estatutos do “então imaginado Instituto Histórico e Geográfico Cearense, fundado em 6 do mesmo mês, porém de vida efêmera, pois nem se quer se instalou”. A adjetivação sobre sua efemeridade é justificada quando entendemos que foi somente dez anos depois, em 1887, que houve a instalação do Instituto do Ceará.

O Instituto do Ceará funcionava como uma extensão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Este, segundo Del Priore e Venancio (2010, p.124-125), “reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter nacional brasileiro”. Semelhantemente, o Instituto do Ceará concentrou todas essas características voltadas para a província. Dessa maneira, enquanto na corte o IHGB reproduzia ideias centralizadoras e de uma história nacional, nas províncias se necessitava de respectivos institutos regionais que, no que lhe tocava, deveriam escrever o “passado comum” através do envio de documentos e relatos regionais para a capital.

Segundo Mendes (2012), o modelo adotado para a criação do Instituto do Ceará foi baseado nos mesmos do Instituto da França (1793) e com os mesmos critérios do IHGB, mas

trazendo certa originalidade entre os demais congêneres, visto que além de histórico e geográfico, admitiu estudos antropológicos em seus eixos temáticos.

Outro aspecto interessante é a presença do mesmo sentimento visto no tópico anterior em relação aos participantes das agremiações e associações intelectuais e literárias cearenses, os quais tinham sobre si o pensamento da adoção da responsabilidade missionária em relação a um projeto civilizatório da sociedade daquele tempo. Podemos perceber isso através do logo do Instituto que contém um globo geográfico e um livro, ou seja, símbolos do conhecimento universal que demonstram interesse no desenvolvimento e na criação dos conhecimentos que seriam produzidos pelos seus integrantes sobre Geografia, História e Antropologia do Ceará (Mendes, 2012).

É importante notar que naquele momento não havia uma distinção de comissões estabelecidas entre a geografia e a história, pois as duas estavam sendo produzidas no mesmo setor sem distinção clara daquilo que seria geográfico e/ou histórico. Na verdade, tivemos uma valorização e maior atenção para a ciência histórica, pois havia necessidade desse tipo de investigação para o atendimento das ideologias provincianas e nacionais. Desse modo, a geografia e a antropologia foram temas secundários que estavam sendo desenvolvidos como complementares no caminhar da criação da história provincial cearense. Porém, isso não elimina a produção desses saberes e, portanto, servem-nos de objetos de pesquisa.

São diversos os materiais que podem ser destacados que continham temas geográficos, porém nos limitamos a poucos, pois o nosso intuito não é uma exposição detalhista, mas velejar nas produções científicas e trazer evidências da contribuição de tal instituto no desenvolvimento de uma geografia cearense. Tais escritos eram divulgados pela Revista do Instituto do Ceará (RIC), revista que nos serve hoje de fonte documental para a procura dos vestígios de uma geografia embrionária.

A revista é editada desde o ano de fundação do Instituto do Ceará, 1887, sendo entregue anualmente à sociedade cearense sem interrupções desde a sua fundação. Segundo o Instituto do Ceará, em seu próprio site, a RIC é considerada o maior patrimônio gráfico do Ceará. Atualmente, ela é composta por 133 tomos regulares e 8 especiais que eram diferenciados devido ao direcionamento de suas publicações a temas específicos. Todos esses materiais foram digitalizados e estão organizados na página oficial da instituição, entregando assim, uma potencialidade de acesso a qualquer pessoa para a pesquisa e consulta.

As produções desenvolvidas pelos participantes do Instituto do Ceará passavam pelas análises dispostas nas comissões. Esses critérios eram criados por cada grupo comissionado e,

desse modo, os arquivos que conseguiam passar pelo crivo, seriam aceitos e publicados nas temáticas referentes à História, à Geografia e à Antropologia.

As produções inseridas nas RIC, no final dos oitocentos, eram materiais carregados do anseio da construção de uma história nacional e provincial a partir do descobrimento do passado comum, possibilitando que através das crônicas históricas encontremos rastros dessa geografia do Ceará. Esse desenvolvimento do conhecimento geográfico se deu porque naquele momento havia uma intrínseca relação entre o desenvolvimento da História e da Geografia, pois, a primeira necessitava da segunda para a construção de seu conteúdo e vice-versa. Similarmente, a antropologia foi sendo escrita, sendo um saber complementar da História, uma arqueologia social do povo cearense.

As narrativas contidas na revista se assemelham aos ideais dos intelectuais das agremiações literárias, pois, conseguimos encontrar escritos que retratam o sertanejo como homens fortes e capazes de enfrentar as intempéries da vida sobre o território de solo seco e cheio de miséria. Além disso, muitos documentos da RIC procuravam construir a história do povo cearense através das investigações documentais, elaborando um passado comum e uma memória daquela sociedade provinciana, destacando-se a seca.

No primeiro tomo, em 1887, o artigo “Novas Canções Populares” de Andrade Furtado, continha uma música sobre seca. Tendo por título “Secca do Ceará (1878)”, a canção demonstra um discurso de lamento pela Grande Seca acontecida entre os anos de 1877-1879. Esse fenômeno geográfico caracterizou e caracteriza ainda hoje a imagem do Nordeste e do Ceará diante do cenário brasileiro.

Os sertanejos descendo / Em bandos... / Sem mantimentos... comendo, / Bravía raiz
lethal.... / Ai, coram... São retirantes... / Andrajosos, mendigantes... / Esparsos...
agonisantes... / Perdendo o sopro vital!
(Furtado, 1887, p. 67)

Embora a Grande Seca já tivesse passado cerca de 8 anos, o primeiro tomo da RIC recorre a esse fato histórico. Isso se dá devido às marcas da seca deixadas na província que foram determinantes, pois, o êxodo rural, a fome, as doenças e o aumento da densidade demográfica de Fortaleza ocasionaram diversos problemas urbanos e isso fez com que, conforme Alencar (2002), a intelectualidade cearense fosse inspirada na busca de soluções para tais obstáculos que impediam o desenvolvimento provincial.

A importância do conteúdo relacionado ao clima presente na RIC se dá, principalmente, pela capacidade ideológico-territorial desse discurso, pois este servia de premissa básica para o crescimento e apoio de teorias que explicassem de modo positivista-determinista a vida do

cearense, como também a criação do passado comum marcado pela seca. Sabendo disso, podemos relacionar, considerando que a intenção dos autores da revista era essa associação, a história da seca com a história do próprio Ceará. O passado comum do cearense estava ligado às intempéries, ao enfrentamento das condições naturais, ocasionando assim a criação do homem forte, o sertanejo, povo propenso ao desenvolvimento.

Percebemos, então, que a questão climática tem tanta notoriedade na Revista do Instituto do Ceará que em sua primeira publicação a temática já se fez presente. No segundo tomo, em 1888, Joakim Catunda escreveu um texto denominado por “As evoluções do clima” para a publicação na revista. O artigo inicia com algumas questões climatológicas que estavam rondando o pensamento daqueles que se aventuravam nas ciências.

E' o clima immutabil como pretendia Arage, ou obedecendo á lei que rege todas as realidades, evolue, é vir a ser? Foi sempre, desde os primeiros ensaios da vida na superfície do planeta, o que actualmente é, ou se-ha modificado gradualmente até assumir as feições de hoje? (Catunda, 1888, p.15)

Na mesma página, o autor descreve questionamentos sobre a evolução do clima terrestre, determina e apresenta os fatores produtores do clima, destacando o “foco solar”, a “inclinação do eixo da terra sobre o plano da orbita” e a “composição atmosphaera”, relacionando-os e explicando que o primeiro fornece o calor, o segundo o distribui e o terceiro o detém. Em outra parte, Catunda (1888, p.17) expõe as diferenças climáticas nas regiões planetárias e afirma que “o clima altitudinario representa efeitos análogos aos do clima longitudinal”, destacando que esses efeitos seriam “análogos e não identicos”, revelando o pensamento geográfico e climatológico da época.

No decorrer da publicação, o autor faz uso de outras ciências como a paleontologia vegetal para a defesa dos argumentos da evolução climática, demonstrando-nos o caráter científico e pluridisciplinar da produção intelectual. Nessa parte, ele se assegurou nas provas paleontológicas de zonas que contêm indícios de passado vegetal, e que hoje não contêm vegetação devido a diversos outros fatores, para explicações sobre a evolução do clima. Além disso, o texto discorre sobre outras temáticas como a formação do sol e da terra, astronomia, posição interplanetária, etc.

Escolhemos esse documento porque entendemos que Joakim Catunda, ao publicar essa temática no Instituto do Ceará, pretende informar os leitores sobre a evolução de um tema que é tão debatido dentro do cenário provincial, o clima. Falava-se tanto na seca como problema, o

clima como fator determinante do meio, que a publicação desse documento na RIC surge para explicar qual foi origem e desenvolvimento desse elemento constituinte da vida terrena.

Outras produções da RIC na segunda metade do século XIX podem nos servir da verificação de uma geografia presente sendo escrita pelos seus integrantes. Tanto conseguimos encontrar produções que se relacionam com a geografia física, como o artigo descrito acima e a “Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca do Crato”, pelo Diário de Pernambuco em 1899, como, do mesmo modo, podemos analisar outros mais relacionados a geografia humana, a exemplo das “Origens americanas, Immigrações Prehistóricas”, também de Joaquim Catunda em 1887, que abordava sobre questões de dinâmica populacional e de imigrações.

Além disso, existem outros trabalhos de temáticas diversas que conseguimos extrair assuntos que facilmente podem ser identificados como relacionados a um saber geográfico. Como, por exemplo, o texto “Sobre uma História do Ceará”, em 1899, de Capistrano de Abreu, ao afirmar que:

Os limites não são linhas ou paredes simples, mas instrumentos cheios de vida de um dos mais grandiosos phenomenosvitaes que a terra conhece... São um órgão peripherico do organismo do estado... E da natureza desse corpo, pelo facto de ser organico, romper as bandeiras inorganicas dos limites políticos, si assim o exige sua atividade vital. (1899, p.24)

O leitor, ao se deparar com esse texto, consegue fazer uma associação com pensamento geográfico que estava nos ares naquele momento histórico e, por mais que o autor não deseje elaborar uma geografia, ela está embutida na crônica histórica. Afinal, na medida em que Capistrano de Abreu se preocupava em demonstrar o processo de dinâmica populacional no estado, construir uma história da formação do povo cearense e de questões de limites de territórios e disputas regionais, estava fazendo geografia política. Isso acontece, principalmente, devido a relação intrínseca entre o tempo e o espaço e a preocupação da legitimação da história do passado comum através do discurso geográfico de legitimação territorial, como afirma Mendes (2012, p.105):

É a sociedade que transforma a natureza, criando o espaço geográfico, muitas vezes denominado de espaço social, como o caso do Ceará. Mas, até alcançar essa “independência”, a geografia foi sendo apropriada pelo saber histórico como ferramenta que lhe dera o poder de localização descritiva dos fenômenos e fatos analisados. (...) Não dá para compreender o saber geográfico sem a dimensão histórica dos processos sociais que, por sua vez, são contraditórios, dialéticos e complexos.

Destarte, podemos perceber o conhecimento geográfico presente nos escritos da Revista do Instituto do Ceará. A construção da Geografia cearense se deu na produção intelectual daqueles que compunham a elite de letrados cearenses, em especial os que faziam parte do Instituto do Ceará. Nos documentos da RIC, conseguimos encontrar, não somente o pensamento geográfico relacionado às correntes teóricas, mas também indícios de uma preocupação em fazer uma geografia local, pois essa serviria de base para o discurso político-ideológico no qual se valia da história do Ceará.

Nesse sentido, ao vermos o pensamento geográfico acadêmico e a geografia local se entrelaçando e sendo expostos através das publicações na Revista do Instituto do Ceará, compreendemos que esse instituto serviu de precursor, antes da institucionalização da Geografia, do aparelhamento da produção geográfica por parte dos órgãos do Estado no Ceará, pois, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a história provincial, a geografia estava sendo acrescida de diversos modos.

Entre os intelectuais que compunham o referido Instituto, cabe falarmos brevemente da obra *Geografia do Ceará*, de Guilherme de Studart, o Barão de Studart, cujo seu papel no Instituto do Ceará foi tão relevante que a localidade da instituição recebeu carinhosamente o nome de Casa do Barão. E para nos aventurarmos um pouco no tempo antes da criação da RIC, nos ainda deteremos na vida e obra de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, conhecido como Senador Pompeu que, embora não tenha chegado a participar do Instituto, foi um dos maiores intelectuais cearenses do século XIX, um geógrafo do poder no império do Brasil, como sugere Sousa Neto (2018).

3.2 Guilherme de Studart – O Barão da Reza.

Filho de John William Studart, vice-cônsul Britânico no Ceará, e Dona Leonisia de Castro Studart, Guilherme Chambley Studart, nasceu em 5 de janeiro de 1856 na capital cearense. Sua família era economicamente abastada, e isso possibilitou o desenvolvimento educacional, como também as suas viagens à Europa, que favoreceram um ambiente propício à carreira intelectual e política. Formou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia, em 1877, ano que retornou ao Ceará, no momento da seca de 1877-1879, atuando assim na procura de possíveis causas para as mazelas dela resultantes (Mendes, 2012).

Sua contribuição foi, principalmente, através do recolhimento de informações e documentos escritos a partir de obras originais e cópias raras em diversos países, como Portugal

e Inglaterra, para a construção da historiografia cearense. É importante lembrarmos que nesse tempo ainda não havia fotocopiadora e, por causa disso, era necessário o acesso a obra original ou cópias dessas obras. Studart transcrevia e organizava as informações e as obras de modo que possibilitava o contato de pesquisadores nacionais sem maiores dificuldades a esses documentos.

Guilherme de Studart era sócio de diversas instituições literárias e científicas, contabilizando mais de 50. Entre as tantas das quais ele fazia parte, se destacam o Clube de Geografia de Genebra, a Sociedade de Geografia de Paris, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o IHGB, além de outras. Não esteve somente envolvido com essas instituições, mas também participou da criação de várias sociedades cearenses, como a do Instituto do Ceará em 1877, da Academia Cearense de Letras em 1896 e do Centro Literário em 1894. Interessante notar que ele estava presente no 1º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909, organizado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Costa, 2019).

Nesse tempo, não existia no Brasil a formação acadêmica institucional de História e Geografia e, portanto, o relacionamento com instituições e sociedades científicas, a produção de documentos e pesquisas desenvolvidas nas respectivas áreas, eram as principais maneiras de autoafirmação nessas áreas de conhecimento.

Studart era um homem zeloso, caridoso, abnegado, sábio e dedicado ao Ceará. Tanto que, em 1900, a Igreja Católica lhe concedeu o baronato como forma de agradecimento e reconhecimento do trabalho feito na Sociedade de São Vicente de Paulo, onde promovia assistências aos pobres através da formação de laços de patrocínio entre famílias ricas para com os pobres. Muitos pedidos chegavam através de cartas ao Barão, de acordo com Batista (2014, p. 22), “ele armazenou em seu arquivo pessoal 4.037 cartas”, independentemente de seus conteúdos.

Era dedicado à religião, católico convicto, e, por causa disso, muitos dos que tinham o pensamento positivista de que a religião e o conhecimento científico seriam diferentes e até antagônicos criticavam Studart, a ponto de o denominarem por “Barão da Reza” como forma de escárnio. O pensamento do Barão era de que a fé seria um ato incondicional para a humanidade e, por causa disso, defendia que seja onde fosse. Nesse sentido, percebemos o pensamento de que haveria uma ligação harmônica entre fé e razão tão discutida e combatida entre os séculos XIX e XX (Mendes, 2012).

Além de pesquisador, arquivista e estudioso, Studart foi examinador de bancas de concursos das disciplinas de Geografia e Cosmografia, demonstrando-se assim um profissional considerado pelos homens de seu tempo em relação a sua pessoa e seu conhecimento acerca dos assuntos geográficos. Studart foi autor de *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*, em 1909, e *Geografia do Ceará*, em 1924, onde, no primeiro, trata sobre assuntos geográficos relacionados à geografia médica, notando as epidemias e endemias geradas pelas secas que se tornaram um grande problema no Ceará e, no segundo, como afirma Girão (2006, p.255), temos “um resumo histórico-geográfico do Ceará”.

A *Geografia do Ceará* foi publicada em 1920 para ser apresentada em 1922 no Congresso Brasileiro de Geografia. Esse material foi solicitado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para compor um livro em comemoração ao primeiro centenário da independência. Em 1924 foi reeditado e modificado pela Revista do Instituto. Não era um documento escrito para geografia escolar, um livro didático, contrário a isso, o intuito do escrito era uma organização e sistematização dos dados e informações geográficas com a finalidade de nortear outras pesquisas. Foi produto da reunião de referências coletadas, “em cartórios, coleções particulares, arquivos e bibliotecas do Brasil, Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda e Itália” (Costa, 2019, p. 2213).

Na primeira parte do livro, Barão de Studart se dedicou à explicação histórica dos processos de ocupação no território cearense através do relato dos (des)encontros e alianças formadas entre os povos indígenas e os franceses e holandeses contra os portugueses. Nesse sentido, o autor se baseia na história do Ceará para a explicação das questões econômicas, políticas, territoriais, de dinâmicas populacionais e dos problemas climáticos, ou seja, através do conhecimento do tempo conseguiremos entender as suas transformações espaciais.

Na parte em que trata dos aspectos físicos, é nos apresentado a posição cartográfica do estado, como também os seus limites e as leis a determinam. Além disso, o Studart recomenda diversos geólogos para quem quiser se aprofundar nos assuntos, como também cita alguns materiais cartográficos. Exemplo disso é a referência ao “Mappa geológico do Brasil organizado por John Casper Branner, published by the Geological Society of America” (Escala 1:5000000, 1919) e o a Carta pluviométrica Annual do Estado o Ceará (Escala 1.000000, de 1922) que se encontra no anexo do livro *Esboço physiografico do Ceará: geographyaphysica* de Thomaz Pompeu Sobrinho (Costa, 2019).

A parte de clima, geomorfologia e recursos hídricos serão também expostos no livro. O autor aponta as variações de pressão, umidade, temperatura, precipitação, direção dos ventos e

temperatura de cidades cearenses. Os eventos climáticos extremos, a seca e as inundações, são analisados por meio dos dados pluviométricos e com relação ao seu impacto econômico. Analisou a orografia cearense, suas montanhas e serras, e seus aspectos físicos, como também sua riqueza mineral, flora e a fauna a partir de pesquisas feitas pelos cientistas, viajantes, expedicionários que estudaram o Ceará, como os dados produzidos por Freire Alemão na *Primeira Comissão Científica de Exploração*. O Barão de Studart também fez um recolhimento de dados estatísticos da província, separou as regiões administrativas, descreveu informações geográficas e históricas sobre os municípios, cidades, vilas, e povoações, inclusive, identificou as redes de comunicação, ferroviária, telegráfica e submarina (Costa, 2019; Girão, 2006).

Barão de Studart foi, de acordo com Mendes (2012, p.194), “uma prova da importância dos estudos elaborados pelos naturalistas e da Comissão Científica”, pois, utilizou os dados fornecidos por esses para a construção do seu livro *Geografia do Ceará*. Foi o Primeiro Presidente Perpétuo eleito no Instituto do Ceará em 1929 perdurando até o ano de sua morte em 1938. Afinal, não é à toa que atualmente o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará foi denominado popularmente por “Casa do Barão”.

Após sua morte, em 25 de setembro de 1938, nos deixou uma vasta obra que foi publicada nas revistas do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. O redator, revisor, editor e diretor da Revista do Instituto do Ceará, embora não construísse novas teorias geográficas teve um papel fundamental na junção e organização de dados fornecidos por figuras como Senador Pompeu e Freire Alemão para uma construção de um livro que revelasse a situação geográfica do Ceará naquele tempo, de modo que aquele que deseja estudar a História e Geografia Regional deve consultar seus documentos.

3.3 Thomaz Pompeu de Souza Brasil – padre, político e geógrafo.

Nascido em Santa Quitéria, no dia 6 de junho de 1818, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, cujo nos referenciaremos a ele nesse trabalho como Senador Pompeu, pois é assim conhecido popularmente, foi um escritor, jornalista, político militante, tanto deputado como senador, e um geógrafo que estava entre as maiores mentes da Província. O sobrenome Brasil, não contido nos de seus progenitores, Thomaz de Aquino de Souza e Jeracina Isabel de Souza Mesquita Vasconcelos, advêm das questões políticas relacionados aos seus familiares, Miguelinho e Mororó, que se envolveram na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador em 1824.

Com isso, para desviar-se das perseguições políticas o seu pai adotou o nome Brasil para si. Já a parte Pompeu, foi aderida devido às suas próprias tendências e leituras clássicas (Barroso, 1977).

O envolvimento de Thomaz de Aquino na Confederação do Equador, ao assinar em 26 de agosto de 1824 a ata do Grande Conselho, fez com que a sua família saísse da cidade por causa das rivalidades ideológicas, passando o ano da seca de 1824-1825 distante. Ao retornarem ano depois, teve seu trabalho, que era ligado a pecuária bovina, quase dizimado pelas pestes, pela seca e pelas investidas de seus adversários políticos. Desse modo, conseguimos visualizar que a infância do Senador foi marcada pela seca e pelas disputas políticas de sua família contra os conservadores da província ligados ao poder central.

Filho de uma família aristocrática decadente, suas opções recaíram, sobre a possibilidade de ascender, por intermédio de uma formação intelectual sólida, à condição de membro da burocracia do Estado e da elite política (Souza Neto, 2018, P.30).

Do relacionamento de Thomaz de Aquino e Jeracina Isabel, pai e mãe de Senador Pompeu, surgiram as famílias Pompeu, Catunda – inclusive, o Joakim Catunda do tópico anterior, que escreveu sobre questões geográficas na RIC, era sobrinho do Senador Pompeu – e Magalhães. Tais grupos familiares influenciaram a sociedade cearense devido a relevância intelectual e importância política de seus membros.

Logo aos 15 anos, o jovem Pompeu ingressou no estudo de gramática latina em Sobral e esse protagonismo precoce fez com que ganhasse grande afinidade com as letras, tal que a família de sua mãe a estimulou a enviar o jovem aos estudos superiores, entregando-lhe um pequeno patrocínio para ajudá-lo nas primeiras economias. Em 1835 o destino do Senador Pompeu foi o Seminário de Olinda, em Pernambuco, que, antes de sua chegada passou por uma reforma liberal. Foi lá de onde os padres Miguelinho e Mororó, primos de Thomaz de Aquino, saíram para a vida pública. Já em 1841 foi ordenado pela Igreja Católica ao ofício de presbítero/padre e, ainda em Recife, em 1843, se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito.

Segundo Barroso (1977), ainda no seminário o Senador Pompeu foi plenamente aprovado na disputa pela vaga de professor substituto de teologia do Seminário da diocese em Olinda. Em meados de 1843-44 visitou a Província do Ceará e, nesse tempo, conheceu, por influência política do seu tio Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, o partido liberal,

onde começa a adotar e difundir ideais ligados a construção de uma instituição de ensino dentro do Ceará que atendesse às necessidades de formação da mocidade.

Ainda que breve, a sua visita ao Ceará influenciou a história da educação da província, pois, segundo Pinto (1986, p.28):

Teve de regressar a Olinda, mas sua opinião se revelou capaz de sensibilizar os deputados provinciais que, pela lei n.º 304, de 15 de julho de 1844, sancionada pelo Presidente brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt, criaram o Liceu.

Com isso, foi convidado por Inácio Corrêa de Vasconcelos, Presidente da Província do Ceará, a deixar o palácio da Soledade com a finalidade da instalação do Liceu do Ceará e ser o seu diretor e professor de História e Geografia. De acordo com Sousa Neto (2018), a entrada no Liceu foi a ponte para sua caminhada política. Além dessas atribuições, foi nomeado como Inspetor da Instrução Pública provincial.

Os jornais da época estavam divididos politicamente numa espécie de bipartidarismo: conservadores e liberais; caranguejos e chimangos. O Senador Pompeu participou do jornal *Cearense*, fundado em 1846 com intuito de ser um meio de divulgação do partido liberal. Jornal que tinha como redatores o padre Miguel Aires, Carlos Alencar Tristão Araripe e o Senador Pompeu. Por causa de suas publicações no jornal, Senador Pompeu foi perseguido, a ponto de ser destituído do cargo de diretor da Instrução Pública, devido a sua oposição ao então governo do Presidente Silveira de Souza. Segundo Barroso (1977), o jornal *Cearense*, do qual foi um dos principais fundadores e principal responsável a partir da deserção de seus companheiros em 1846, foi a grande alavanca para sua carreira política.

Dirigindo, no Ceará, o partido liberal e o jornal, nesse momento, Pompeu se esforçou exaustivamente para o exercício intelectual por causa, principalmente, do agravamento da hostilidade da ala dos conservadores e daqueles que de dentro do seu partido adotavam ideais progressistas.

Em 1844 se candidatou a deputado, mas não conseguiu vencer e ficou como primeiro suplente. A função de senador vai ocorrer devido ao aparecimento da vaga por causa do falecimento de Miguel Fernandes Vieira, em 1864. Com isso, é comissionado ao senado vitalício, posição de prestígio separada a um grupo seletivo da elite imperial. E é nesse cargo que vai lutar mais ferrenhamente contra as injustiças e os problemas que afetavam a sociedade cearense da época.

Segundo Paiva (2008, p. 51),

Foram intensas as atividades de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Senado do Império. Conhecido como responsável e laborioso, aliou a estas qualidades sua vasta cultura. Teve brilhante atuação senatorial, em plenário e nas comissões, analisando e discutindo matérias as mais diversas. Em especial, foi atento às propostas de orçamento dos ministérios, procurando bem as conhecer e melhorar, discutindo a justeza das destinações dos recursos financeiros disponíveis.

A sua atuação foi imprescindível para o desenvolvimento da província. Seu papel na obtenção de recursos e na construção da Estrada de Ferro de Baturité foi decisivo, afinal, uma das nomenclaturas adotadas para o planejamento ferroviário cearense que ligava a Fortaleza-Pacatuba-Baturité é a de *Projeto Pompeu-Sinimbu*, que fazia alusão aos políticos que batalharam para sua construção, a primeira parte é em referência ao Senador Pompeu e a segunda é fazendo referimento ao João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Visconde de Sinimbu, Conselheiro do Estado, Senador de Alagoas e, não menos importante, amigo leal do senador. (Assis,2011).

Portanto, fica evidente a participação central do Senador Pompeu no processo de desenvolvimento da linha férrea Fortaleza-Pacatuba-Baturité. Como afirma Amaral (2002, p.13):

O Senador Pompeu é considerado um dos artífices da consolidação geopolítica de Fortaleza sobre o interior do Ceará, com a implantação na capital do seu primeiro centro de excelência de ensino – o Liceu do Ceará (1846) – e provocando junto ao Senado do Império a decisão fundamental de instalar entre Fortaleza e Baturité uma ferrovia que escoasse a produção de algodão para seu diminuto porto. Envolvido em tais iniciativas, Pompeu reforçará a influência da capital sobre os demais centros econômicos e culturais da província, assinaladamente Icó, Sobral e Aracati.

O padre, político, jornalista, diretor do Liceu do Ceará, professor de História e Geografia, participante de várias associações e agremiações intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como também da Associação de Geógrafos de Paris, desenvolveu diversos materiais de caráter geográfico no qual podemos nos deleitar brevemente.

Podemos elencar aqui alguns dentre os diversos artigos e livros que escreveu, muitos de grande importância no ensino de Geografia nas escolas. O *Elementos de Geografia* em 1851, que é a primeira edição do *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*, obra que terá cinco edições até ser concluída, o escrito *Memória Sobre a Conservação das Matas e Arboricultura como Meio de Melhorar o Clima da Província do Ceará*, de 1859, o *Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará*, em 1861, o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, em 1864, o *Memória Sobre o Clima e Secas do Ceará*, de 1877, o *Sistema*

ou *Configuração Orográfica do Ceará*, em 1877 e, publicado após sua morte na Revista do Instituto, *o Juízo Histórico do Senador Pompeu sobre fatos do Ceará*, em 1895.

Tais produções foram fundamentais para a geografia do século XIX, pois é a partir delas que o conhecimento territorial, o ensino de Geografia e os investimentos do estado foram baseados. Esse conhecimento geográfico era uma ferramenta construída, ademais, através dos planos estatísticos que se tornaram necessários devido às preocupações informacionais para a centralização do poder do Império. A criação do IHGB, as comissões exploratórias nacionais e de indivíduos de outros países, o censo demográfico brasileiro em 1872, revelam a necessidade de dados com a finalidade do controle maior e direcionamento eficaz de investimentos nas províncias.

As informações coletadas eram utilizadas para diversas atividades, como planejamentos sanitários, construções de ferrovias e outros planos de desenvolvimento. É nesse sentido que o Senador Pompeu irá desenvolver *o Ensaio Estatístico da Província do Ceará* no ano de 1863 e 1864. O ensaio contém dois tomos que totalizam 1.179 páginas e foi oferecido para a produção deste documento três contos de réis e o prazo de três anos para sua finalização, com possibilidade da extensão do prazo, porém dever-se-ia apresentar relatórios parciais antes de seu término.

O Senador Pompeu utilizou esse recurso, mas teve dois principais impedimentos, o primeiro estava relacionado com a dificuldade obtida no recolhimento dos dados devido à falta de costume das autoridades nessa atividade e a resistência das pessoas para fornecê-los. A outra razão era devido a chegada da “Expedição das Borboletas”, a Expedição Científica do Frei Alemão que aconteceu durante os anos de 1859 e 1861.

Por causa da Comissão, o Senador Pompeu só poderia finalizar o *Ensaio...* quando ela terminasse o seu trabalho, pois somente com sua conclusão ele poderia tomar posse de alguns dados obtidos pela comissão para acrescentar ao seu material. Vale ressaltar o fato de que a comitiva expedicionária e Pompeu mantinham fortes relações. Exemplo disso é o banquete oferecido na sua casa aos pesquisadores em sua chegada ao Ceará no ano de 1859 e os seus diversos encontros casuais posteriores. Tendo em vista esse frequente contato, podemos presumir que, para os homens da comissão, o futuro senador não era somente uma figura política importante, mas também uma pessoa na qual tinha conhecimento das coisas da Província (Souza Neto, 2018).

O *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* é dividido em quatro partes: recursos e divisões políticas no território; aspectos de população; regionalização da província; cronologia do Ceará desde o tempo colonial.

Na primeira parte o autor fez um recolhimento de dados sobre os recursos geológicos, orográficos, hídricos, climáticos, botânicos, mineralógicos e zoológicos na província. Pompeu, através dos dados recolhidos, determina a orografia cearense em três, o Sertão, o Litoral e as Serras ou elevações montanhosas, sendo a última dividida em dois tipos de cordões elevados: o formado pela Serra Grande, Araripe e Apodi, que circunda o Ceará, e o cordão que fica no centro da província, composto pelo conjunto de formações rochosas de Baturité, Maranguape e Pacatuba. Em relação ao clima, o autor segue a mesma classificação que fez na orografia.

Pode-se, pois, dividir em três zonas distintas as variações do clima desta província, segundo a diversidade dos elementos que o modificam.

1°. O do litoral, compreendendo uma zona de 2 a 4 leguas, é mais fresco e húmido, e também mais constante.

2°. O das Serras, mais frescos que o do litoral, porem menos húmido em geral.

3°. O do Sertão, mais secco e quente

(Brasil, 1683, p.57 apud Souza Neto, 2018, p. 97).

Do mesmo modo, Pompeu faz divisão tricotômica da vegetação do território cearense. Caracterizando o litoral pelas suas vegetações raras e baixas, não contendo propriamente matas, o do sertão teria, junto às margens dos rios e nas encostas das serras e serrotes, matas mais ou menos extensas, sendo que quase todas as árvores dessas áreas se despem da folhagem no tempo de seca e, por fim, a vegetação da Serra que se encontrava em pouca quantidade devido a destruição pelo sistema de rotação para a cultura do algodão.

Quanto ao território, Pompeu escreveu:

O território em sua acepção mais lata é, diz Moreau de Jonnés, o solo natal com suas lembranças, a pátria com suas feições, a propriedade com seus poderosos interesses, o domínio agrícola com a propriedade de que é a riqueza do povo. (Brasil, 1863, p.57 apud Souza Neto, 2018, p. 99)

Nesse sentido, o estudo do território compreenderia, segundo o autor, o estado físico do país – limites, posição, aspectos, hidrografia, ilhas, orografia –, o seu clima – temperaturas, umidades, pluviometria, condições atmosféricas e meteorológicas –, sua divisão física do território – extensão das feições orográficas, terras agrícolas, pastoris, florestais ou de criação –, as produções da natureza – mineralogia, zoologia – e as divisões políticas – eleitoral, administrativa, judiciária, eclesiástica.

Outra parte do *Ensaio...* que vale destacar é o censo demográfico feito pelo intelectual. Ele descreve minuciosamente sobre as características das sociedades dentro do território da província cearense, demonstrando as categorias e metodologias adotadas para a organização e obtenção dos dados. Como, por exemplo, a divisão da população em diversas classificações como sexo, idade, estado civil e raça, como também visualizada a partir de dados estatísticos de números de óbito, nascimento, casamento e dinâmica populacional.

Na segunda edição do *Ensaio...*, Pompeu acrescentou outros dados como o da freguesia dos municípios e também adicionou mapas demonstrativos que tinham por característica a visualização da posição territorial e da distância entre cidades, vilas, povoações, dentre outras coisas, que evidenciaram, por meio do alinhar no papel, os dados coletados.

Recensear a população com a finalidade de melhor administração é um pensamento presente na obra. O autor tem em mente que através do conhecimento estatístico poderia chegar o mais próximo da realidade e, a partir daí, desenvolver planejamentos para a melhora dos espaços como também na superação de desafios. É baseado nos dados estatísticos que a proposta da Estrada de Ferro de Baturité ganha força, que as sugestões de mudanças educacionais e econômicas vão sendo pensadas e adequadas para as localidades dentro da província e que as apologéticas de soluções para o problema da seca serão fundamentadas. Esta última, a seca, assolação dos sertanejos, que matou os gados de seus pais no tempo que estavam longe de Santa Quitéria, foi tema de um manuscrito denominado por *Memoria Sobre o Clima e Seccas do Ceará*.

Esse documento é produto da junção de diversos artigos produzidos pelo Senador Pompeu para o jornal *O Cearense*. Nesses artigos ele discutia a problemática da seca a partir de um olhar que assumia certa periodicidade e procurava determinar teorias que explicassem essa calamidade. Isso se dá, principalmente, a uma cosmovisão cristã adotada por Pompeu – devemos lembrar que ele foi consagrado a bispo –, onde a natureza funcionaria como um relógio organizado, repleto de leis criadas por Deus e passíveis de serem conhecidas. Os artigos vão ser dispostos em, segundo Souza Neto (2018): topografia do Ceará – posições astronômicas, dimensões, configuração, aspectos físicos –; clima e meteorologia; correntes atmosféricas; estação chuvosa; população e indústria.

O autor inicia definindo territorialmente o Ceará, depois apresenta a condição geomorfológica dos relevos cearenses, ligando esta situação com a formação hidrográfica da província. Desse modo, o Senador Pompeu, a partir da identificação das formas da superfície e

da diferença dos materiais geológicos encontrados no centro, elabora uma explicação sobre a existência de duas bacias hidrográficas no território.

Após o tratamento das condições físicas do território, o intelectual discorre sobre as condições climáticas e meteorológicas. Ele nos apresenta duas estações que acontecem na região regularmente. A primeira, acontecendo no primeiro semestre, o inverno, e a segunda, acontecendo na segunda metade do ano, a seca. Essas duas estações estariam, para Pompeu, extremamente relacionadas com as correntes atmosféricas. A seca, portanto, é definida como:

Quando o inverno é escasso, apenas cahem alguns chuviscos em dezembro, e só começa depois em fins de fevereiro, ou por S. José, pelo equinocio.

Quando porém, passado o equinocio de março, não se declara a estação invernososa, então há o que se chama de secca, terrível calamidade para as duas principaes, quase únicas industrias productoras da província, a criação de gado e a lavoura. (Brasil, 1877, p.12 apud Sousa Neto, 2018, p. 133)

Desse modo, conseguimos perceber o pensamento de que esse fenômeno climático era um problema para além de ambiental, mas também de caráter econômico, pois ele impedia o desenvolvimento das duas principais atividades que geravam riqueza no estado, a agricultura e a pecuária, o binômio algodão-gado. A partir disso, Pompeu, sugere que o governo, no tempo de seca, não distribuísse esmolas como era de costume, mas que aproveitasse a estiagem para criar trabalhos para os sertanejos com o intuito do crescimento de obras na província que auxiliassem o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, propiciasse algum ganho ao trabalhador que estava com fome.

Relatar sobre a seca não é a característica que o torna diferente dos indivíduos do tempo dele, mas é no pensar o evento climático como barreira que poderia ser superada através do entendimento do funcionamento desse fenômeno e da atuação do governo que vai destacá-lo.

Uma das questões mais intrigantes relacionadas ao pensamento do Senador Pompeu é a interpretação do fenômeno climático como cíclico. Ou seja, a seca poderia ser previsível, acontecendo de tempos em tempos, possibilitando assim um preparo por parte das forças governamentais contra as mazelas desse evento. Interessante notar que, para o autor, o problema não era somente as secas, mas também o tempo de enchentes. Portanto, percebemos o olhar de que, embora as secas trouxessem maiores desgraças, os problemas estavam relacionados aos eventos climáticos extremos. (Barroso, 1977)

Essa teoria caracterizou a visão geral para com o Nordeste. A região seria inóspita devido ao determinismo fatalista de suas secas periódicas. O pensamento da ciclicidade da seca se expandiu nos meios intelectuais e políticos. Um exemplo disto é a menção a essa ideia por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*:

De fato, os seus ciclos — porque o são no rigorismo técnico do termo — abrem-se e encerram-se com um ritmo tão notável que recordam o desdobramento de uma lei natural, ainda ignorada.

Revelou-o, pela primeira vez, o senador Tomás Pompeu, traçando um quadro por si mesmo bastante eloqüente, em que os aparecimentos das secas, no século passado e atual, se defrontam em paralelismo singular, sendo depressumir que ligeiras discrepâncias indiquem apenas defeitos de observação ou desvios na tradição oral que as registrou. (Cunha, 1984, p. 17)

As obras do Senador Pompeu são produtos do pensamento geográfico existente naquele tempo. Esses escritos são evidências da influência existente da geografia de Humboldt feita na época. Visto que, Pompeu, no seu no *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*, cita trechos da obra *Cosmos* como também o cita na primeira página da obra *Memória Sobre a Conservação das Matas e Arboricultura como Meio de Melhorar o Clima da Província do Ceará*. (Souza Neto, 2018)

O *Ensaio Estatístico da Província do Ceará e a Memória Sobre o Clima e Secas do Ceará*, são obras que nos revelam o pensamento geográfico do Senador Pompeu. Essa geografia serviu, dentre muitas coisas, para os planos de desenvolvimento ao pensar o espaço como lugar que, através do conhecimento geográfico, poderia ser submetido às vontades humanas, como também, para caracterização e formação da imagem do Nordeste que ainda perdura hodiernamente. Além dessas duas obras, analisaremos no próximo tópico o *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*, material que foi escrito para o seu próprio auxílio no ensino da geografia no Liceu e que, posteriormente, serviu de base geográfica dos manuais escolares não só do Ceará, mas também do Brasil.

Sendo assim, ao fazermos uma pesquisa sobre sua herança intelectual, encontraremos uma abundância de conteúdos produzidos. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, Senador Pompeu, morreu em 2 de setembro de 1877, não nos deixando somente uma abundância documental, mas também a partir da educação dada a seus filhos, uma linhagem de homens intelectuais, políticos e geógrafos. Os dois homônimos Thomas Pompeu de Sousa Brasil Filho e Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, além de presidentes do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, foram precursores e continuadores da tradição intelectual iniciada pelo primeiro Pompeu.

Em síntese, diremos que o primeiro Pompeu foi o precursor da geopolítica regional. O segundo foi o erudito, mais um pensador ativo. O terceiro, Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho é o cientista, o consolidador dos fundamentos dos estudos da cultura cearense, numa visão antropológica, integradora do Nordeste. Não ingressou na política partidária, mas fez política científica ao nível do seu tempo, a partir dos pressupostos de uma geografia ativa, que ele também, como pioneiro, soube cultivar. Sua obra não foi superada,

pois tentou vigorosos esboços de uma política objetiva, abrangente do passado, em mira do presente, em demanda ao futuro. Legou-nos um substrato ainda vivo para a continuidade histórica dos estudos de desenvolvimento regional. (Andrade, 1980, p. 362).

Visto isso, pontuamos a importância de (re)conhecer a vida e obra do bispo, senador, jornalista, diretor e, dentre outras coisas, professor de Geografia, Thomas Pompeu de Souza Brasil para a construção da Geografia no Ceará e no Brasil, não só na sua época, mas também posteriormente com seus congêneres.

A vida de homens com a estatura de um Senador Pompeu não pertence mais aos estreitos limites de um grupo familiar, mas é matrimônio de sua Província e de seu País. (Barroso, 1977, p.192)

4 ENTRE MESTRES, COLÉGIOS E MÉTODOS: A GEOGRAFIA ESCOLAR CEARENSE

A ciência geográfica durante o século XIX e início do XX no Brasil, como vimos anteriormente, foi produzida por intelectuais não diplomados em Geografia, devido a inexistência do curso no país, mas que se dedicaram aos temas e conteúdos que hoje atribuímos por geográficos. Tais estudiosos, eram, na maioria das vezes, participantes ativos de sociedades e associações que financiavam seus trabalhos e davam suporte material e bibliográfico ao desenvolvimento científico.

O interesse e acesso da população sobre as produções desses indivíduos eram limitados por inúmeros fatores como o analfabetismo, a pobreza, o desconhecimento da existência de tais grupos, ausência da preocupação com tais assuntos etc. Isso significa que parte majoritária desse conhecimento produzido não ultrapassavam os muros dos círculos intelectuais, o que limitava a abrangência do saber para o “mar de iletrados”, como os participantes das agremiações literárias se referiam a sociedade comum.

Embora saibamos que somente uma parcela da sociedade tinha o privilégio de estudar, os colégios, nesse contexto, se apresentam como um lugar especial no qual diversos cientistas passaram e tiveram a oportunidade de transmitir suas ideias. Os espaços do ensino mantinham relações com as instituições científicas da época pois havia uma troca entre seus funcionários, uma vez que, em muitos casos, os associados aos institutos científicos também eram professores escolares.

Desse modo, com o intuito de conhecer a ciência geográfica do período selecionado, acreditamos que investigar a Geografia Escolar poderá nos revelar o que os professores e alunos entendiam por Geografia, qual era a sua relevância para sociedade, o método educacional empregado para o ensino, entre outras coisas que caracterizaram a ciência e o ensino da época.

Para isso, selecionamos o Liceu do Ceará, que motivou a escrita do Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil pelo Senador Pompeu, a Escola Normal Pedro II, o primeiro espaço de formação de profissionais docentes no Ceará, e, pensando entender a Geografia ensinada, mas também aprendida, o Colégio Imaculada Conceição, sobre o qual Rachel de Queiroz relata em seu diário as aulas de Geografia.

4.1 Liceu do Ceará, o berço do Compêndio de Geografia

Baseado no Colégio Pedro II que ainda hoje existe e se localiza no Rio de Janeiro, o Liceu do Ceará foi criado para atender as necessidades de uma sociedade carente de formação intelectual e teve sua aula inaugural em 19 de outubro de 1845. A escola tinha por diretor e professor de História e Geografia o Senador Pompeu, onde produziu o *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*, material utilizado como auxílio didático nas aulas de Geografia no Liceu do Ceará e que inspirou outros manuais escolares no Brasil.

O Liceu do Ceará foi considerado a segunda principal instituição de ensino do Brasil, como também é o terceiro colégio mais antigo de todo país. Nele lecionaram diversos intelectuais e personagens da elite cearense como Rodolfo Teófilo, Thomaz Pompeu (filho), Antônio Augusto de Vasconcelos e Antonio Teodorico da Costa, participantes do Instituto do Ceará e professores de Geografia no Liceu. (Mendes, 2012)

Para ser professor efetivo dessa instituição, o profissional passava por um concurso público com diversas fases, destacando-se a aula didática, o concurso de títulos e a prova escrita. As avaliações dos professores nas provas didáticas eram feitas por uma banca constituída, em grande parte, por docentes de outras partes do Brasil, sendo reservado para esse tipo de avaliação um longo tempo, pois as provas didáticas demoravam horas e se assemelhavam a verdadeiras defesas de teses. Inicialmente, o Liceu contava com 12 professores efetivos vitalícios em seu corpo docente, porém com o aumento do número de alunos, logo esse número aumentou. (Mendes, 2019)

Embora fosse uma instituição importantíssima para o desenvolvimento do ensino e de uma nova intelectualidade cearense a partir da educação secundária, o Liceu do Ceará não se ausentou de situações bem particulares dentro de seu funcionamento. Para além do ensino, questões políticas também aconteciam no cenário do Liceu, onde destacamos dois exemplos: o primeiro caso é o de Rodolfo Teófilo em seu descontentamento com uma reforma na educação da instituição e o segundo caso foi o de Antônio Teodorico da Costa onde, por causa de outras reformas, se mostrou contrário a alteração curricular e diminuição da carga do ensino de Geografia.

O intelectual, higienista, romancista e professor Rodolfo Teófilo denuncia em sua obra *Violência: Lyceu de Ceará*, de 1905, os abusos do governo Nogueira Accyoli dentro dessa escola com o intuito da prática retrógrada de patronato e nepotismo. Rodolfo afirmava que a nova reforma educacional proposta para implantação no Liceu, que o adequava em semelhança ao Ginásio Nacional, não tinha seus motivos baseados na melhoria do ensino.

[...] a actual reforma do Lyceu do Ceará não teve por fim melhorar o ensino, mas a collocação de parentes do Sr. Presidente do Estado e de seus filhos [...] reformar um estabelecimento de instrucção, entende-se alterar seu programma de ensino, augmentar ou diminuir o número de suas disciplinas, modificar seu regulamento. O que se fez em nome de reforma no Lyceu do Ceará foram as nomeações [...] (Teófilo, 1905, p. 4-5 apud Façanha 2014, p.86).

A disputa entre o Presidente do Ceará, Nogueira Accyoli, e o professor de algumas cadeiras de Ciências Naturais, Rodolfo Teófilo, ocasionou a demissão deste como docente do Liceu do Ceará e a substituição do intelectual por uma pessoa sem formação científica, o que nos indica a veracidade dos fatos denunciados por Teófilo. (Façanha, 2014)

Já no caso do professor de Geografia, Cosmografia e Corografia, Antônio Teodorico da Costa, é manifestada sua discordância com as mudanças feitas a partir das reformas em 1901, 1907 e 1911, através de um artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará – RIC, em 1927. Dentre as novidades curriculares não bem recebidas, ele destaca o pequeno tempo que foi dado para o ensino de Geografia Geral em um só ano, sendo que antes da reforma ela estava distribuída em dois anos. Para o professor, isso não deveria acontecer devido à importância e extensão dos conteúdos dessa disciplina. (Mendes, 2012; Costa, 1927)

Visto essas questões, o Liceu do Ceará se apresenta como relevante não só para o ensino da Geografia na Província, mas também como espaço usado pelos professores para a defesa da educação, lutando contra diversas atitudes que, no olhar desses profissionais, se mostravam contrárias ao desenvolvimento do saber científico e escolar.

Como sabemos, o ensino de Geografia antes e durante o século XIX estava, muitas vezes, ligado à disciplina de História, de forma que, as duas eram ministradas em conjunto. Porém no Liceu as duas disciplinas eram participantes do currículo escolar de forma separada ainda que tivessem, inicialmente, o mesmo professor, Senador Pompeu.

Esse intelectual sobre o qual discorreremos brevemente sobre sua vida e obra no tópico anterior contribuiu de forma importante para a criação do Liceu do Ceará e para o desenvolvimento da ciência geográfica na província. Afinal, como vimos, ainda residente em Pernambuco como bispo, ele viajou para o Ceará por volta de 1843-44, onde conheceu e se envolveu com diversos poderosos intelectuais e políticos. Sua vinda para o Ceará foi tão marcante que seu discurso a favor da educação dos cearenses conseguiu sensibilizar os deputados para, com a aprovação do Presidente da Província brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt, termos a criação do Liceu. (Pinto, 1986)

Por causa dessa influência, logo quando o Liceu é criado, em 1845, o Presidente da Província, Inácio Corrêa de Vasconcelos convidou Senador Pompeu a deixar o ofício em Olinda

para a direção e instalação do Liceu do Ceará e o papel de docente das disciplinas de História e Geografia. Foi no Liceu do Ceará, como professor de Geografia, que Pompeu viu-se sem recursos didáticos que o pudessem auxiliar nas ministrações e nos exercícios em sala de aula e assim escreveu o *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*.

A ideia desse material, inicialmente, estava relacionada às atividades letivas do Liceu do Ceará, mas depois foi adaptado para apreender também outras finalidades mais abrangente. Nesse sentido, se torna importante, analisarmos brevemente a obra *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil* qual o Senador Pompeu mais se dedicou a reformular, tanto em sua estrutura como no seu conteúdo, com o intuito de compreendermos como aconteciam as aulas de Geografia nas escolas da época.

Ao reunir suas notas de aula, Pompeu publicou um livro em 1851 cujo título era *Elementos de Geografia* que continha inicialmente 248 páginas e que viria a se tornar o *Compendio...*, foi o primeiro passo para o desenvolvimento do que se tornou o material didático para a educação das elites de letrados de quase todo Império. (Souza Neto, 2018)

A edição de 1856, que já inicia a titulação de *Compêndio de Geografia*, contando com 536 páginas, trazia em sua folha de rosto a mensagem de que era, de acordo com Sousa Neto (2018), um material adaptado no Colégio Pedro II, nos Seminários e nos Liceus do Império, demonstrando, assim, tanto a abrangência de seu uso no Império como a sua importância no âmbito da educação regular. Interessante notar que também na apresentação do livro há uma referência a aceitação deste pelos membros do IHGB, utilizando a comunidade científica como autoridade referencial. Essa segunda edição, ampliada em quase 300 páginas, trazia consigo uma estrutura em que o documento passava a ser composto por três seções: *Cosmografia*, *Geografia Física* e *Geografia Política*.

Essas duas primeiras edições iniciais, 1851 e 1856, tinham caráter estritamente ligado à educação e traziam consigo o método dialogístico ou de catequese, método característico da geografia escolar clássica e tradicional. Esse de educação propunha à atividade docente o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem por meio da pergunta do professor, no papel de sábio, e da resposta do aluno, enquanto discípulo, sobre determinados conceitos. Funcionava como um questionário onde o mestre perguntava o significado e o aluno respondia a definição.

Já na terceira edição, em 1859, onde assumiu o título de *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*, Pompeu abandonou o método dialogístico com o intuito

de possibilitar outras discussões, pois justificava que essa metodologia educacional limitava, pois não dava espaço ao desenvolvimento de outros assuntos. (Souza Neto, 2018)

Na quarta edição, em 1861, desapareceram todas as notas que faziam alusão à aprovação da obra pelo IHGB, contendo apenas o prefácio do autor. A diferença fundamental está no tocante às seções. A primeira é denominada por *Principios Geraes*, a segunda de *Geographia Descriptiva* e a terceira de *Imperio do Brasil*. A última versão, a de 1869, contém poucas modificações. Uma delas que é bem notável é a diferença da lista dos títulos do autor dedicada no livro, onde em outras edições esta seria bem mais carregada de titulações, ou mais subdividida, do que na quinta edição.

A Geografia produzida pelo Senador Pompeu no *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil*, era de caráter descritivo, uma reunião de diversos dados produzidos por inúmeros indivíduos de importância, de Humboldt a Aires de Casal. Com o intuito da formação e informação do cidadão, seguia os modelos comuns da geografia clássica e enumerava os fenômenos. O material deste livro não tinha caráter revolucionário em termos epistemológicos, pois sua missão estava ligada firmemente ao atendimento das necessidades educacionais da juventude cearense e, posteriormente, brasileira.

No que refere ao entendimento da ciência geográfica contida no material, no prefácio da quinta edição, Senador Pompeu descreve o que seria, para ele, a Geografia, ciência que estaria relacionada à descrição dos aspectos físicos do planeta Terra, os limites e divisões políticas do mundo.

A Geographia sendo a descrição da terra em geral, e de suas divisões políticas em particular, não é uma sciencia estacionaria; porque todos os dias o horizonte dos conhecimentos humanos se dilata, fazem-se novas descobertas; e novas conquistas vêm enriquecer o thesouro que a sciencia accumula de geração em geração. Não só o mundo physicosoffre alterações como quasi sempre as circumscripções políticas se modificão, ora por annexões, ora por separações, e conquistas. A sciencia tem pois a obrigação de acompanhar esse movimento, se quizer exprimir fielmente o estado actual do mundo, ou dos paizes que descreve. (Brasil, Prefácio à Quinta Edição, 1869, apud Souza Neto, 2018, p. 78)

Vale ressaltar nessa citação o pensamento do Senador Pompeu de que a Geografia não seria uma ciência estática, de caráter limitado e findável, mas uma ciência que evolui e se renova de geração em geração através dos descobrimentos e das alterações nos espaços físico e político. Esse campo do saber, portanto, tinha a função de explicar as mudanças e dinâmicas existentes, sejam elas naturais, culturais e/ou políticas. A Geografia, portanto, para Pompeu, seria a descrição da superfície terrestre em suas diversas relações ao longo do tempo.

Essa geografia escolar produzida estava relacionada com a preocupação da construção de uma nação e, desse modo, tinha forte viés político. A ideia era formar o pensamento da unidade territorial através do ensino de Geografia no Brasil. Embora fossem poucos os que tinham acesso à educação nessa época, esses seriam os novos políticos, padres e professores que espalhariam o mesmo conteúdo o qual foi lhes ensinado e, desse modo, a população não educada iria se envolvendo aos poucos nas ideologias daqueles que controlavam o ensino, assim criando o sentimento de pertencimento territorial.

A nação para a qual Pompeu escreveu o seu *Compêndio* era aquele pequenino círculo que podia votar porque tinha renda, ou seja, os cidadãos ativos, e a geografia neste caso seria indispensável, por dentro da escola, para criar uma série de representações, as ideologias geográficas. (Sousa Neto, 2018, p.76)

Além de escrever, o Senador Pompeu solicitou à direção do Liceu diversos materiais de Geografia de origens francesas e alemãs para que o auxiliassem no ensino, o que nos indica que as suas obras não só revelam como esse conhecimento era transmitido aos alunos, como eram ministradas as aulas de geografia no século XIX, mas também o pensamento geográfico existente da época, visto sua amplitude conceitual.

É através da investigação da história do Liceu do Ceará que podemos compreender o início da geografia escolar e científica no Ceará, pois, como vimos, a instituição serviu de berço para a produção do *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil* escrito por Senador Pompeu. Obra utilizada como manual didático escolar, a qual também serviu para captação e organização das informações geográficas da Província, de modo que, ao mesmo tempo que contribuía para a educação geográfica dos alunos, acrescia à geografia o status de ciência.

4.2 Escola Normal Pedro II, centro formador para Educação Básica

A partir do Ato Adicional de 1834, foram iniciadas as construções de escolas normais por parte das províncias no Brasil. Isso aconteceu devido às mudanças contidas neste Ato que responsabilizava as províncias pela entrega da instrução inicial e formação de docentes para provisão da carência na instrução pública. Embora isso tenha acontecido em 1834, a Escola Normal do Ceará foi criada somente em 1872 e inaugurada apenas em 22 de março de 1884, devido à falta de recursos financeiros da província. (Pereira e Silva, 2009)

Inicialmente, era um colégio para homens e mulheres, mas ao longo do tempo se tornou uma instituição exclusiva para o sexo feminino devido à escassez de homens na formação de

profissionais para educação primária. A grade curricular era dividida em duas fases, sendo a primeira um curso preparatório que durava um ano e a segunda um curso normal de três anos de duração.

No 1º curso ensina-se português, francez, aritmética e sistema métrico, calligraphia e desenho linear, musica vocal e prendas domésticas. No segundo ensina-se pedagogia, português, francez, aritmética, álgebra elementar, geometria, geografia geral e corographia do Brazil, scienciasphysicas e naturaes, calligraphia e desenho, musica vocal e prendas domésticas.(Cearà, 1898, p.17 apud Mendes, 2012, p.233)

No trecho, conseguimos observar as disciplinas tradicionais ligadas ao ensino escolar como Pedagogia, Português, Matemática, assim como outras especiais, destacando-se a Geografia, Música e Desenho. Nesse sentido, a Escola Normal do Ceará se apresenta como um diferencial naquele cenário, tanto em sua atuação endógena, nas suas salas de aula, como exógena, no papel de influenciadora a outras escolas, que a viam como instituição educacional modelo.

Entre os vários professores de Geografia, destacamos o papel de Júlia Carneiro Leitão de Vasconcelos, a primeira mulher membra do Instituto do Ceará e professora de Geografia. Filha de Antônio Augusto de Vasconcelos, que também foi professor de Geografia no Ceará, a professora nasceu em Granja, município do Ceará, no ano de 1880, lecionando desde seus 19 anos, quando foi nomeada em 1900.

Sua dedicação para o ensino foi tão marcante que no discurso feito por Alba Valdez, a primeira mulher da Academia Cearense de Letras, na Revista do Instituto do Ceará - RIC, teceu elogios a Júlia e afirmou que a professora “sabia muito bem a matéria”, de modo que “explicava as lições, não deixando nada a desejar” (Valdez, 1936, p. 200).

A sua atuação no ensino de Geografia na Escola Normal do Ceará impactou gerações de mulheres na carreira intelectual, pois além de dominar o assunto, tinha grande zelo e compromisso com a docência, já que era “assídua e pontual, quer chovesse, quer fizesse sol” (Valdez, 1936, p.200).

Além de ensinar, Júlia de Vasconcelos produziu diversos documentos com conteúdos geográficos como, por exemplo, o texto publicado na RIC em 1933 denominado “O territorio do Chaco”, onde inicialmente faz uma explanação sobre a geografia humana citando uma carga teórica de autores famosos como Friedrich Ratzel, Jean Brunhes, Andrew John Herbertson e Camille Vallaux, e termina com um pequeno estudo sobre o Chaco. (Vasconcelos, 1933)

Segundo Valdez (1936), a presença de Júlia de Vasconcelos no Instituto do Ceará foi imprescindível para a introdução e valorização das mulheres dentro dessa instituição, pois ainda

que inicialmente Júlia não fosse aceita por todos os integrantes, no decorrer do ofício foi sendo reconhecida como a intelectual geógrafa que era, superando e suplantando qualquer acusação de desmerecimento ou machismo.

O compromisso com a educação que a Escola Normal também pode ser demonstrada através do convite feito pelo Governo do Estado do Ceará à Manuel Bergström Lourenço Filho para assumir as cadeiras de Psicologia e Pedagogia. Lourenço Filho foi um dos representantes da corrente pedagógica Escola Nova e um dos principais responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, onde defendia, dentre outras coisas, o incentivo à reflexão, à observação, ao pensamento crítico e a valorização das experiências pessoais no processo de ensino-aprendizagem. Ele não só lecionou na instituição, mas também ajudou no desenvolvimento de Reformas Educacionais no Estado do Ceará e dentro da Escola Normal. (Mendes, 2012)

No tocante ao método de ensino das disciplinas nas aulas, inicialmente, a metodologia era tradicional, contudo, posterior ao regulamento de 3 de setembro de 1896, o ensino não deveria ser feito mais por meio da memorização e sim através de lições orais, com questionamentos e atividades práticas, ou seja, um ensino mais intuitivo. (Pereira e Silva, 2008)

Sobre a disciplina de Geografia na Escola Normal, ela servia para o ensino das noções geográficas para aqueles que desejavam o ingresso no ensino primário. Segundo Mendes (2012, p.238), a ordem das narrativas nos livros utilizados nesta instituição não diferia da ordem do pensamento dos intelectuais do Instituto do Ceará, pois ela seguia em:

(...) compreensão da origem histórica do Brasil/Ceará, a formação de uma identidade racial, com o caboclo cearense, considerado a verdadeira raça de brasileiro; e por fim, os estudos da natureza da terra, a problemática das secas e a necessidade do cearense de se manter forte diante às adversidades e tornar-se um vencedor/herói do sertão.

Nesse sentido, não podemos dissociar as teorias e ideias vigentes nas instituições científicas em relação às escolares, pois parte do corpo docente destas, produziu conhecimento por meio daquelas, o que denota uma relação que devemos considerar entre as entidades de produção do conhecimento e a difusão desse saber por meio das escolas.

Destarte, entendemos o papel importante que a Escola Normal do Ceará assumiu não só como o primeiro espaço de formação de profissionais docentes da Província, mas também como um ambiente de manutenção metodológica do ensino e de reverberação dos conhecimentos científicos produzidos na época.

Considerando que seus alunos seriam os futuros professores das principais instituições educacionais do Ceará, já que vimos o *Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial*

do Brasil, principal material didático das aulas de Geografia da época escrito por Senador Pompeu, cabe visitarmos o *Caderno de Geografia* de Rachel de Queiroz, documento que (d)escreve, na visão do discente, a geografia escolar no Colégio Imaculada Conceição, instituição católica equiparada a Escola Normal.

4.3 O Colégio Imaculada Conceição e a aluna Rachel de Queiroz

Filha de Clotilde Franklin e de Daniel de Queiroz, advogado e que por um tempo atuou como professor de Geografia do Liceu do Ceará, Rachel de Queiroz nasceu em 17 de novembro de 1910, em Fortaleza. Foi uma intelectual, romancista, jornalista e escritora, que produziu diversas obras que ganharam destaques no Brasil e dentre elas a mais conhecida é “O Quinze”, romance que publicou em 1930, com apenas 19 anos, em que narra a vida de sertanejos que enfrentaram a seca e a miséria no interior cearense. Sendo uma das maiores escritoras do país, Rachel foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras em 1977, assim como foi a primeira a ganhar o Prêmio Camões em 1993.

Rachel de Queiroz estudou no Colégio Imaculada Conceição devido a insistência e inconformidade de sua avó no tocante a ausência de uma educação religiosa. Segundo Mendes (2012), essa instituição recebia equiparação a educação da Escola Normal do Ceará e foi fundada na segunda metade do século XIX com o intuito, inicialmente, da caridade com relação às meninas órfãs, cuidando e educando-as, mas, ao longo do tempo, foi sendo alvo de interesse da elite católica cearense e, por isso, sua clientela passou a ser as filhas da elite. Foi nesse local, onde Rachel de Queiroz criou o *Caderno de Geografia*, onde (re)escreveu os conteúdos ministrados nas aulas de Geografia dessa instituição.

O caderno é datado no dia 10 de outubro de 1922, nele encontramos os conteúdos geográficos distribuídos em 88 páginas. Além de anotações pessoais como os nomes de suas amigas, segundo Cavalcante (2019b), há escritos sobre a conceituação de Geografia, seu modo adequado de ensino, suas divisões, as classificações das ilhas e dos climas, a Cosmografia, as relações entre o homem e o meio, a forma da Terra, a flora e a fauna e, por fim, o relevo submarino.

Uma das práticas docentes comuns no início de qualquer disciplina é a sua conceituação. A definição posta pelos professores aos alunos nos expõe o pensamento sobre a matéria naquele tempo, ajudando-nos a compreender quais ideias estavam em vigor na época e, além disso, qual era a noção de determinada área do conhecimento que o docente desejava que o aluno

absorvesse. Nesse sentido, cabe evidenciarmos o significado da Geografia no caderno, a qual seria:

[...] o estudo systematico e racional do conjuncto de condições phisicasepoliticas que formam o meio dentro do qual vive o homem. Sob o ponto de vista desta definição e o que o ensino geographico deve ser encarado para melhorar a comprehensão da materia. (Queiroz, 1922, p.3, apud Cavalcante, 2019a, p.93)

Segundo escreveu Rachel de Queiroz, a Geografia, embora pudesse ser separada em diversos segmentos, era dividida, principalmente, em física e política. A disciplina seguia um estudo organizado, sistemático, racional, servindo para a compreensão das duas esferas que compõem o meio no qual o ser humano vive, a física e a política. Essa seria, então, a definição que deveria ser utilizada como ferramenta pedagógica.

Notando que o Colégio Imaculada Conceição era católico, quando lemos os trechos sobre a Cosmografia, onde Rachel afirmou que, para a formação da Terra foram necessárias “6 épocas que correspondem aos 6 dias do livro de Moysés” (Queiroz, 1922, p.13 apud Cavalcante, 2019a, p.95), conseguimos perceber a influência da religião oficial da instituição nos conhecimentos geográficos passados dentro de sala de aula, pois é estabelecido para o aluno relações entre a Geografia a cosmogonia teológica cristã, aproximando-se, desse modo, da geografia sacra, aquela aprendidas no Seminário da Prainha, um centro formador de padres, seminaristas e professores em Fortaleza da mesma época.

Outro fato interessante é que ainda estamos falando de uma geografia determinista, onde o meio geográfico e biológico exercem uma força determinante no homem. Para evidenciar isso, basta demonstrarmos a rápida consideração sobre o clima escrita por Rachel em seu caderno:

[...] O clima excessivamente quente torna o homem preguiçoso e indolente, ao passo que o temperado, torna o homem trabalhador, activo, alegre e emprehendedor. O clima frio faz do homem um taciturno um pensador profundo, dado aos estudos da natureza. Um clima agradável, um céu puro e límpido a serenidade do ar e a belleza do meio physico, faz do homem um folgazão, um typo talhado para as grandes conquistas das sciencias, das bellas artes, do commercio. As tonalidades variadas das zonas temperadas, a mudança das estações, obrigamo homem a seprecavercontra as eventualidades tornando-o operoso, activo e trabalhador. (Queiroz, 1922, p.3, apud Cavalcante, 2019a, p.93)

Nesse sentido, conseguimos enxergar a permanência da influência da teoria determinista nos conteúdos geográficos ensinados em sala de aula. Isso está ligado ao que dissemos no tópico anterior, na relação entre a produção científica e o saber escolar, pois aqueles que escreviam para as instituições científicas e escolares, grupos literários e outras associações intelectuais, se baseavam em materiais estrangeiros que, na maioria das vezes eram adeptos a essas teorias.

No âmbito educacional, podemos notar que, diferentemente da geografia escolar do século XIX identificada nos Compêndios, as aulas de Geografia as quais Rachel se refere já se utilizavam de recursos didáticos como mapas e globos (Cavalcante, 2019b). Embora a dinâmica das aulas fosse similar ao método dialogístico, onde não havia necessariamente a ideia de uma transposição didática do conhecimento para os alunos, mas a memorização de conceitos a partir da disposição dos conteúdos por meio de perguntas e respostas, a adoção desses materiais representava uma evolução no pensamento educacional (MENDES, 2012).

A citação de Rachel no caderno a Manuel Bomfim (1868-1932) um sergipano, médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo, professor e diretor geral da Escola Normal do Rio de Janeiro, demonstrou-nos que havia influência de novas ideias pedagógicas naquela instituição, caracterizando assim, um momento de transformação nas teorias educacionais e, conseqüentemente, nas aulas de geografia.

Manuel Bomfim publicou em 1920 um material denominado por *Lições de pedagogia, theoria e pratica da educação*, onde procurou atender aos conteúdos do curso de Pedagogia da Escola Normal. Nessa obra ele fez apontamentos sobre como as disciplinas deveriam ser ministradas dentro de sala de aula, inclusive, a Geografia. Para ele, as aulas de Geografia estavam sendo problemáticas, pois muitos que a ensinavam compreendiam-na como mera descrição da Terra, sendo que parte dos capítulos dos livros didáticos dessa disciplina já não tratavam sobre essa descrição. Desse modo, a conceituação de Geografia como simples descrição obscurecia e dificultava o verdadeiro entendimento da disciplina que para ele seria:

O estudo systematico e racionaldoconjuncto de condições phisicas e politicas que formam o meio dentro do qual vive o homem. Assim deve ser entendida; assim tem de ser ensinada. A parte mais importante, nesse conjuncto de condições phisicas, é a própria Terra; por isso mesmo começa por ahi o estudo da Geographia; por isso mesmo, tem tão grande desenvolvimento a parte descriptiva (BOMFIM, 1920, p. 233).

Ao ler o trecho, percebemos a visível semelhança com aquilo que Rachel de Queiroz escreveu em seu caderno sobre a Geografia. Manuel Bomfim defendia não só uma melhor conceituação da disciplina, mas também a elucidação dos conteúdos por meio dos recursos didáticos, pois, somente assim, conseguir-se-ia relacionar os conteúdos geográficos com os fatos existentes ao invés da somente nomeação de fenômenos.

Segundo Bomfim (1920, p. 232), diante da conceituação e memorização inútil, seria melhor restringir a aula para o manuseio das cartas, dos compêndios e dos repositórios, pois isso sim serviria verdadeiramente para uma didática inteligente, visto que os alunos

conseguiriam captar e aprender o manuseio, ao contrário da “memorização material e desinteressante” popularmente ensinada e facilmente esquecível.

No pensamento de Bomfim, a Geografia tem um papel diferenciado na educação, pois ela tem a capacidade de relacionar diversas disciplinas como Astronomia, História Natural, Meteorologia, História, etc., e, para isso, necessitava do que ele chama de “recursos representativos” (p.241) que seriam desde materiais criados pelo ser humano, como os mapas e fotografias, à estruturas naturais, como rochas e minerais.

No documento, Bomfim acreditava que o problema pedagógico essencial era a racionalização do ensino da Geografia, pois essa racionalização fazia com que o aluno aprendesse somente a ler os compêndios ou decorar os gráficos. Para ele, a eficiência do ensino se dava no momento em que o contato visual com aquilo do que se está lendo acontecesse. Por meio desse contato, os alunos utilizariam a imaginação e, com isso, construiriam um pensamento mais solidificado sobre aquilo que se está estudando (Bomfim, 1920).

Sendo assim, o *Caderno de Geografia* de Rachel de Queiroz nos apresenta a geografia escolar do Colégio Imaculada Conceição que, devido ao fato de ser uma das instituições modelo do Ceará, exercia influência em outros colégios particulares, propagando seu estilo de ensino ainda que, como vimos no caso da cosmogonia envolvida nas aulas de Geografia, tivesse as marcas da confessionalidade cristã. O caderno mostra, a partir da visão de uma ex-aluna, o momento das primeiras transformações pedagógicas marcantes no ensino da Geografia, ou seja, no momento em que ele deixava de ser, em sua maioria, enciclopédica e, agora, passava a contar com a elucidação imagética em sua prática escolar.

Isso se torna evidente quando nos aproximamos do *Lições de pedagogia, teoria e pratica da educação* a partir da citação à Manoel Bomfim feita por Rachel em seu caderno. Livro no qual Bomfim critica a atualidade da forma de ensino na época, não só da disciplina de Geografia, mas de outras como a matemática, procurando métodos pedagógicos eficientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do século XX foi um ambiente de reformas educacionais, de novas linhas pedagógicas, na qual os métodos e disciplinas escolares eram revistos e remodelados de acordo com os determinados pressupostos das teorias de ensino. Nesse momento, foram construídas as primeiras universidades do país, lugar de formação de professores, que contribuíram para o desenvolvimento da ciência e do ensino.

No Ceará, a criação de uma instituição de ensino superior com o intuito da formação de discentes para suprir carências do ensino secundário aconteceu somente na década de 1940, com a construção da primeira faculdade cearense, a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará - FAFICE, berço dos primeiros professores formados em Geografia no Estado do Ceará.

Contudo, como percebemos, a Geografia é muito anterior a esse período e foi desenvolvida por vários sujeitos que, ao pensar o espaço, descrevê-lo e propor teorias para tentar explicá-lo, reconheceram sua importância na manutenção da realidade e, desse modo, acresceram à ciência geográfica o status científico.

Na primeira parte desse trabalho, em que nos concentramos no Diário de Viagem do Frei Alemão, no plano de construção da Estrada de Ferro de Baturité e nas agremiações literárias em Fortaleza, o pensamento geográfico se destacou como um elemento primordial na descrição geográfica dos lugares, no emprego de técnicas e na literatura naturalista, revelando-nos a amplitude desse pensamento que perpassa por aventureiros, políticos e romancistas, e que é fundamento da realidade.

No segundo capítulo, atentamos ao papel do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e dos intelectuais, em especial Guilherme Studart e o Senador Pompeu, na contribuição e formação de um conhecimento geográfico mais teórico, com metodologias esclarecidas e com referencial teórico em geógrafos da época, apresentando-nos uma Geografia mais encorpada e, ainda que não institucionalizada academicamente, institucional.

Por fim, no terceiro capítulo, visitamos a Escola Pedro II, o Liceu do Ceará e o Colégio Imaculada Conceição, procurando conhecer a função dessas instituições escolares na sociedade cearense e a Geografia ensinada, por meio do Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil, e aprendida, através do Caderno de Geografia de Raquel de Queiroz, verificando os conteúdos e o que se pensava metodologicamente para a ministração das aulas de Geografia.

Ainda que o presente quadro apresente limitações por razões de recorte temporal, número de indivíduos, acontecimentos e instituições selecionadas, existe a possibilidade de outros objetos serem adicionados em futuros trabalhos como, por exemplo, o livro *Esboço Physiographico do Ceará em 1922*, por Thomaz Pompeu Sobrinho, onde procurou construir uma Geografia do Ceará sendo composto, naquela época, por mapas, imagens e gráficos. Além disso, é possível que a escala de tempo escolhida seja ultrapassada, o mosaico seja esticado para o século atual. Assim, conseguiremos atravessar e reconhecer o papel da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará – FAFICE, a Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará e outras instituições e sujeitos na trajetória da Geografia no querido estado e, possivelmente, no Brasil.

Portanto, embora o atual trabalho não tenha a pretensão de fazer um apanhado minucioso da geografia cearense, mas algumas indicações de como a ciência geográfica foi desenvolvida em nosso estado pelos movimentos de elites (científicas, políticas, acadêmicas, literárias, primariamente masculinas e secundariamente femininas), tornou-se possível construirmos um mosaico da geografia cearense que, para nós, evoca a ideia de um quadro geográfico composto por várias partes distintas que juntas formam um objeto maior ou mais amplo, a história do pensamento geográfico cearense, que, vale ressaltar, se conecta à outras história(s) do(s) pensamento(s) geográfico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. Sobre uma História do Ceará, por Capistrano de Abreu. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. XXIII, 1899, p. 22-33.
- ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **Os clássicos no cotidiano**. Arte & Ciência, 2008. p. 23-44
- ALENCAR, Cabral de. No Campo: (Serras da Vida ao Ar Livre). **O Pão**, Fortaleza, ano 2, n. 8, p. 3-3, 15 jan. 1895.
- ALENCAR, Igor Carlos Feitosa. **À espera do progresso: a estrada de ferro de Baturité rumo a cidade do Crato no século XIX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26202>>. Data de acesso: 4 de julho de 2022.
- ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. **Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: A cidade e o campo na literatura naturalista cearense**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 145, 2002.
- AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme. **Barão de Studart: memória da distinção**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002. 128p.
- ANDRADE, F. Alves de. Abrangência e atualidade de Tomás Pompeu Sobrinho. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. XCIV, 1980, p. 350-381.
- ANDRADE, Manuel Correia. de. PIERRE MONBEIG E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 72, p. 63–82, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/901>. Data de acesso: 02 junho 2023.
- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 166.2011.
- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. PENSAMENTO GEOGRÁFICO DAS SECAS, DOS TRILHOS E DOS BRAÇOS: ferrovia Baturité (1870-1889). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 77 a 86, sep. 2010. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/456>>. Data de acesso: 04 julho de 2022.
- AZEVEDO, Rafael Sânzio de. O Ceará e os grêmios literários. **Rev. de Letras**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 123-126, jul./dez. 1982.
- AZEVEDO, Rafael Sânzio de. **Literatura Cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. MOUSEION, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Disponível em: http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf.

BARROSO, José Parsifal. O Senador Pompeu – um cabeça chata autêntico, político, realista e anti-impostor. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. XCI, 1977, p. 189-210.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Arquivo de si e do Ceará: a coleção e a escrita de Guilherme Studart (1892-1938)**. 2014. 277f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

BERDOULAY, Vincent. **A Abordagem Contextual**. Revista Espaço & Cultura, v. 16, p. 47–56, jul./dez. 2003, Rio de Janeiro: UERJ.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual**. Trad. Oswaldo Bueno Amorim Filho. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BOMFIM, Manoel. **Lições de pedagogia, teoria e prática da educação**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. 440p.

BRASIL. Decreto nº 22.974, de 22 de abril de 1947. **Autoriza o funcionamento de cursos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará**. Rio de Janeiro, abril de 1947

CAMARGO, José Carlos Godoy. REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA GEOGRAFIA NEOPOSITIVISTA NO BRASIL**. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 355-382, set./dez. 2004.

CATUNDA, Joakim. Origens americanas, Imigrações Prehistóricas. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. I, 1887, p. 92-102.

CATUNDA, Joakim. As evoluções do clima. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. II, 1888, p. 15-23.

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. **“O Brasil é o Ceará”**: História e histórias do Ceará nos apontamentos da Comissão Científica do Império (1859 -1861). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, p. 218. 2012.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia literária em Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições UFC, 2019a.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. O CADERNO DE GEOGRAFIA DE RACHEL DE QUEIROZ. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 127–144, 2019b. DOI: 10.46789/edugeo.v9i17.593. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/593>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, UNIVERSITY OF CHICAGO (CRL). Relatório de Presidente de Província. Ceará, Typ. Cearense, 1856.

CLAVAL, Como construir a história da geografia?. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica , v. 2, p. 1-22, 2013.

CORTEZ, Ana Isabel R. P.; IRFFI, Ana Sara R. P. C. Cartografias históricas e modernização do território cearense na segunda metade do século XIX: primeiros resultados de uma pesquisa. **REVISTA PORTO**, v. 1, p. 17-44, 2016.

CORTEZ, Ana Isabel R.P. O Ceará em linha reta: espaço e tempo na produção da moderna nação brasileira. **História Unisinos**, v. 20, p. 201-212, 2016.

COSTA, Antonio Theodorico. O Ensino Secundário. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza-CE. Tomo XLI, p.225, 1927.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **A GEOGRAFIA NOS DOCUMENTOS: A TRAJETÓRIA DO BARÃO DE STUDART**. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. XV, Vitória – ES. Anais do SIMPURB. Vitória – ES. 2019. p.2204 – 2218.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. 319 p.

FAÇANHA, Alessandro Augusto de Barros. **A história das ciências no Liceu do Ceará: entre atos e fatos – denúncias do professor Rodolfo Teófilo**. Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI, Teresina, ano 19, n.30, p. 72-90, jan./jun. 2014. Tema: Linguagens, Educação e Sociedade.

FURTADO, Andrade. A Secca do Ceará (1878). **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. I, 1887, p. 65-69.

GONZÁLEZ, Rafael de Miguel. Del pensamiento espacial al conocimiento geográfico a través del aprendizaje activo con tecnologías de la información geográfica. **Giramundo**: Revista de Geografia do Colégio Pedro II, v. 4, n. 2, p.7-13, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/668>. Acesso em: 05 de agosto 2023.

GUERRA, Cynthia Mendes. **Belle Époque: o esplendor do rigor**. 2007. 63f. Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2007.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. CXX, 2006, p. 254-256.

SABOYA, Eduardo. O Trem de Ferro: (Ao Almeida Braga). **O Pão**, Fortaleza, ano 2, n. 12, p. 4-4, 15 jan. 1895.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p.614.1942.

LIMA, S.T. de. Geografia e Literatura: alguns pontos sobre a percepção da Paisagem. In: **Geosul**. Florianópolis, 15, nº 30, jul/dez, 2000.

LIMA JUNIOR, Francisco do O' de. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. 2014. 264 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286403>>. Data de acesso: 01 julho de 2022.

OLANDA, D. A. M.; ALMEIDA, M. G. de. A geografia e a literatura: uma reflexão. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n.46, p. 7-32, jul./dez 2008.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do Pensamento Geográfico No Brasil. Meio Tropical, Espaços Vazios e A Idéia de Ordem. In: Castro, I.; P. C. Gomes; Correa, R. L.. (Org.). **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. 1ªed.RIO DE JANEIRO: EDITORA BERTRAND BRASIL, 1995, v. I, p. 309-353.

MARTINS, Elvio Rodrigues. O Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento?. **GEOgraphia**, v. 18, n. 37, p. 61-79, 15 set. 2016.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. São Paulo: UNESP; Editora Moderna. 1997.

MENDES, André Gustavo Barbosa da Paz. **A invenção da Terra da Luz: história, literatura e paisagem (1875-1914)**. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p.182. 2008.

MENDES, Eluziane Gonzaga. **História da formação do pensamento geográfico cearense: entre o saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)**. 2012. 364f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

MENDES, Eluziane Gonzaga. **O professor de geografia no ceará: alvorecer de um ofício**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61600>>. Data de acesso: 24 de novembro de 2023.

MIRANDA, Paloma. **Modelo de progresión del aprendizaje geográfico como proceso situado: aulas interculturales como caso de estudio**. 2016. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Chile, Chile, 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA E SILVA, Maria Gorreti Lopes. Escola Normal do Ceará: impasses da criação e a tônica reformista. In: **IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: O Oral, o Escrito e o Digital na História da Educação, 2 a 5 de Abril de 2008**. Porto Alegre-RS: Editora UNISINOS. ISBN: 85-7431-103-0. Disponível em <<http://www.slideshare.net/RValdemir/escola-normal-do-cear-18841922>>. Acesso em 06 de julho de 2012.

PERNAMBUCO, Diário de. Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca do Crato. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. XXIII, 1899, p. 107-113.

PAIVA, Melquíades Pinto. Senado do Império: o senador Pompeu e o Ceará. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. CXXII, 2008, p. 45- 64.

PINTO, José Marcelo de Alcântara. Tomás Pompeu de Souza Brasil: Um senador do Império – esboço biográfico. **Revista do Instituto do Ceará – RIC**. Fortaleza: Instituto do Ceará, T. C, 1986. p. 126-136.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado: a Comissão Científica de 1859**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, p. 261.2011.

SANTOS, Luline Silva Carvalho. **Pensamento geográfico: o desafio da formação inicial em Geografia**. 2020. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socio ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10895?mode=full>. Acesso em: 05 agosto 2022.

SILVA, Mauro Costa da Silva. A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, 2011. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=21>.Data de acesso: 02 de julho de 2022.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v. 1, p. 1-17, 2012.

SILVA, Marcelo Werner da ; RODRIGUES, Glauco Bruce. . A Geografia Histórica em questão: Campo, teoria e método. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v. 1, p. 1-5, 2019.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Advertência. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Ceará, 2006.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o império: os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 09 dez. 2023.

TEIXEIRA, K. V. A seiva e o traço: história, natureza e narrativa no diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861). **Ideias**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 175–197, 2013. DOI: 10.20396/ideias.v4i1.8649402. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649402>>. Data de acesso: 29 maio de 2022.

TEIXEIRA, K. V. **O corpo e o outro: o conflito de sensibilidades no diário de viagem de Francisco Freire Alemão, presidente da Comissão Científica (1859-1861)**. In: Daniel Alencar de Carvalho; Gilberto Gilvan Souza Oliveira; José Dércio Braúna; José Maria Almeida Neto. (Org.). *História e Narrativa*. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, v. 14, p. 177-196. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41560>>. Data de acesso: 29 maio de 202.

TRICART, Jean. **A Terra planeta vivo**. Lisboa: Presença, 1978

VASCONCELOS, J. O território do Chaco. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**. Fortaleza-CE. T. L. XLVII, p. 1- 10.

VALDEZ, Alba. Discurso. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**. Fortaleza-CE. T. L., 1936, p. 197- 202.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989, p. 11-22.

XAVIER, Maico Oliveira. **A presença dos índios da região da Ibiapaba-CE nos relatos de viagem de Francisco Freire Alemão**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 22-26 jun. 2013, Natal (RN). Anais... Natal (RN): ANPUH, 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social.